

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

ZERO

FLORIANÓPOLIS, 21 DE NOVEMBRO/16 DE DEZEMBRO 2002 - ANO XVIII, NÚMERO 1

Olívio Lamas-PT

52.793.364



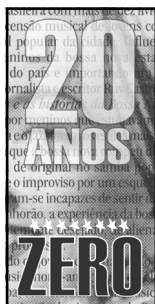
O TRIUNFO

*da esperança
sobre o medo*

Os 20 anos e o século 21

Em ocasiões como esta somos tentados à grandiloquência. Não é o que se dará. Num distante dia de setembro de 1982, transcorridos apenas três anos da criação do Curso de Jornalismo, nascia, do empenho de alguns professores e de seus alunos, nosso primeiro e único laboratório de uma área que não é vista como ciência apesar do seu inarredável compromisso com a melhoria da sociedade, a dignidade do homem e a defesa das liberdades. Todas as liberdades. Nascia nosso liberto jornal. Fiel aos primeiros impressores do mundo, os chineses, e ao europeu Gutenberg que entregou ao Ocidente os tipos móveis, nasceu em seu primeiro número em versão tipográfica, impresso na solidez do metal e da força das prensas de contato direto com a matriz.

Os registros do autor e das razões que motivaram tão curiosa e, original, denominação se perderam no tempo. Mas restou a nítida intenção de que, para nossos alunos, o jornal representava o primeiro passo de uma longa jornada em direção ao amadurecimento e permanente evolução profissional. Algo como o quilômetro zero, sempre central na vida de qualquer cidade e, aqui, na de nossos estudantes. Embora desde o início este curso tenha mantido sua opção exclusiva pelo Jornalismo, com o tempo, as transformações do mercado profissional e os avanços tecnológicos, naturalmente, acrescentaram outros laboratórios. E muitos alunos, seduzidos por outras linguagens e discursos mergulharam em suas escolhas individuais, já não tão envolvidos com a mídia impressa – ainda hoje, a fonte mais procurada para explicar os fatos e



aprofundar o conhecimento da realidade. Assim fluiu o Zero, absorvendo o ritmo das mudanças e, como todos que o fazem, evoluindo. Feito sempre com o indispensável distanciamento crítico mas também com muita paixão.

O Zero é absolutamente independente, requisito da verdadeira liberdade de expressão. Seus princípios e compromissos se voltam exclusivamente para seus leitores e seu mantenedor, o contribuinte. Vale dizer, o cidadão brasileiro tão desrespeitado por todos os poderes da República. Como o jornal é mantido por verba específica, destinada pelo Ministério da Educação, nosso publisher é o povo, sem demagogia ou disfarçada hipocrisia. Assim, o jornal não deve atrelamento sequer ao próprio Departamento de Jornalismo. Muito menos ao reitor, ao prefeito, ao governador ou até mesmo ao presidente. Seu compromisso é com a defesa do cidadão, do espaço público, da democracia, das liberdades civis, do Estado de direito e da Justiça. Forçosamente, portanto, exerce uma aguçada investigação da atividade dos extratos que compõem a sociedade, como da própria imprensa. Em nossa equipe, mais que profissionais preparados, exigimos profissionais críticos e conscientes da missão fiscalizadora da imprensa. Inclusive sobre si mesma.

O jornal publica apenas o que decide seu Conselho Editorial, formado exclusivamente pelos professores e alunos que o fazem. É dessa forma, que cada turma, naturalmente, impõe sua personalidade ao jornal em cada semestre. E executam as experiências decididas neste restrito grupo, sem influências ex-

ternas. Essa liberdade permite que, com frequência, se criem experiências que incluem até alterações no formato do jornal (normalmente tablóide) ou experimentem edições monotemáticas de até 32 páginas. (O jornal já arriscou uma avaliação da década de 80, uma edição toda voltada sobre a mídia impressa, em outra, fez uma análise política da América do Sul e realizou duas edições especiais sobre quadrinhos.)

Em sua postura editorial crítica, que não inclui somente o denunciismo, busca oferecer outra leitura da realidade do campus, da cidade, do estado, do Brasil e até do mundo, diferenciada da oferecida pelos diários estaduais e nacionais. E valoriza, sempre que pode, a informação cultural, seja informativa ou crítica. Afinal, o jornal deve informar mas também formar. E nisso implica seu compromisso com as causas mais nobres da cidadania e em defesa do espaço público.

Por tudo isto, é muito oportuno que esta edição que comemora os 20 anos de existência do Zero coincida com uma edição especial, que revisita e registra alguns dos principais fenômenos desencadeados pela recente eleição e, sobretudo, pela vibrante disputa presidencial. Apesar dos costumeiros revezes, tivemos um ano extraordinário ao conquistar um inédito pentacampeonato mundial de futebol (sem esquecer outras inesquecíveis vitórias em outros campos e esportes) e eleger um líder metalúrgico para a presidência da República. Amadurece e cresce nossa autoestima tanto quanto se consolida nossa jovem democracia. Foram duas grandes lições ao mundo de uma Nação que toma fôlego e adota outro destino histórico. Com mais fé e, de novo, esperança. Ingressamos no século 21. Enfim!

O Editor

Justiça decide que Zero está certo

Juiz defende liberdade de expressão e recomenda fiscalização

O juiz da 4ª Vara Federal de Florianópolis, Paulo Henrique de Carvalho, considerou improcedente o pedido de indenização por danos morais feito pelo engenheiro Wilson Borlin, referente à reportagem de capa publicada pelo Zero em setembro de 1998. Carvalho deu ganho de causa ao professor Henrique Finco, na época supervisor do jornal, e à UFSC. Borlin alega que o jornal o acusou, indevidamente, de superavaliar o valor de aluguel de um prédio locado pela Delegacia da Receita Federal (DRF) na avenida Osmar Cunha - no centro da Capital. Os advogados do engenheiro já recorreram da decisão do juiz. A apelação foi enviada ao Tribunal Regional Federal de Porto Alegre. O engenheiro alega que sofreu danos morais e vem tendo prejuízos financeiros. O valor pedido como indenização é de aproximadamente R\$ 44 mil, o equivalente a 220 salários mínimos.

A defesa do professor Finco alegou que o conteúdo da matéria atingia diretamente a instituição federal e não o engenheiro Wilson Borlin. Argumentou, ainda, que a responsabilidade pela publicação da reportagem era exclusiva da Universidade Federal de Santa Catarina. O juiz considerou que as informações publicadas no jornal eram verídicas. No texto da sentença, defendeu a livre manifestação do pensamento e concluiu que "a notícia relata irregularidades na gestão do patrimônio público, que demanda fiscalização acurada da sociedade".

Coincidência - Fora desta briga, quem saiu ganhando foram os cofres públicos. Depois da denúncia feita pelos repórteres Pedro Valente, Grasiela Costa e Alexandre Brandão no Zero, o preço pago pelo aluguel das salas baixou significativamente. Nos últimos quatro anos cerca de R\$ 2 milhões foram economizados pelo governo fede-

ral. Entre outubro de 1998 e agosto do ano seguinte, o valor mensal de locação de parte do imóvel da Receita Federal ficou em torno de R\$ 36 mil. Em setembro do mesmo ano o valor do aluguel das salas subiu para R\$ 61 mil e sofreu reajustes até abril de 2002, quando chegou ao valor de cerca de R\$ 69 mil.

Em 2001 a justiça solicitou uma nova avaliação do imóvel. No laudo pericial ficou comprovada a discrepância entre os valores apresentados por Borlin e por outros dois engenheiros, Paulo F. Junger e Carlos E. Averbeck. Enquanto Borlin avaliou em R\$ 94.130 o valor de locação das salas, o preço médio para o aluguel estabelecido por Junger e Averbeck ficou em R\$ 52.750. O resultado da perícia corresponde a valores referentes ao mês de dezembro de 1997.

No laudo, o perito judicial Orlando da Silva Filho considerou que a diferença de valores na avaliação feita por Borlin aconteceu devido a um erro de

cálculo e não por má fé do autor. Segundo os advogados do Sintufsc, Antônio Carlos da Silva e Elias Norberto da Silva que defenderam o professor Finco, a avaliação do engenheiro não levava em conta que o valor de cada metro quadrado deveria diminuir quanto maior fosse o espaço alugado. "Uma coisa é alugar uma sala, outra coisa é alugar todo o prédio. Obviamente o valor do metro quadrado da área do prédio tem que ser menor que o da sala",



Professor não ganhou apoio da UFSC

explicou o advogado Antônio Carlos da Silva. Borlin se exime de culpa dizendo que o erro ocorreu por causa de um problema na planilha de cálculos fornecida pela Delegacia do Patrimônio da União (DPU). "Eu somente lanço os fatores de cálculo na planilha fornecida pela DPU", disse Borlin.

Mal entendido -

O engenheiro diz ter

deixado claro ao repórter Alexandre Brandão, no momento da entrevista, que não tinha conhecimento sobre eventuais irregularidades no aluguel do imóvel. Para ele, o relato publicado da conversa que teve com Brandão foi tendencioso. "O repórter veio predisposto a me prejudicar e acabou publicando um absurdo", completa o engenheiro. Borlin alegou, também, que foi apenas solicitado para fazer uma avaliação do valor do imóvel e que não era o responsável pelo processo de licitação e locação das salas.

Brandão diz que foi fortemente ameaçado pelo engenheiro após a entrevista. "Ele disse para mim ter cuidado quando estivesse andando sozinho na rua". O engenheiro garante que somente alertou o repórter que entraria na justiça requerendo indenização por danos morais caso a matéria contivesse qualquer informação irreel ou tendenciosa.

Marcos Franzoni

Denúncia foi de superfaturamento

Em setembro de 1998 o Zero publicou, como matéria de capa e na página central, a denúncia de que a Receita Federal pagava aluguel com valor muito acima do preço de mercado por um prédio ainda em construção localizado na avenida Osmar Cunha, no centro de Florianópolis. Na época, o jornal era supervisionado pelo professor Henrique Finco e a reportagem foi assinada pelos estudantes Alexandre Brandão, Pedro Valente e Grasiela Costa. A denúncia envolvia o engenheiro Wilson Borlin, que avaliou o imóvel, a Delegacia da Receita Federal (DRF) e a RCD Empreendimentos, responsável pela construção do prédio. O Delegado da DRE, Jamir Cassol, afirma na reportagem, que as salas vinham sendo utilizadas para arquivamento de material apreendido. Fotografias publicadas pelo Zero mostraram, porém, que o prédio ainda estava em construção e não podia estar sendo usado.

A Receita Federal pagava R\$ 94.130 de aluguel, conforme mostram os comprovantes de pagamento anexados à reportagem. Este valor foi estipulado pelo engenheiro Wilson Borlin, da Delegacia do Patrimônio da União. Corretores de imóveis consultados pela reportagem na época avaliaram que o preço de mercado das salas era de aproximadamente R\$ 50 mil. A matéria trazia também o relato de uma conversa entre o repórter Alexandre Brandão e Borlin. Foi este relato, considerado tendencioso pelo engenheiro, que motivou o pedido de indenização. (MF)

FHC amordaça Conselho de Comunicação

Governo regulamenta capital estrangeiro na mídia sem consultar a sociedade

Joãozinho e Pedrinho são vizinhos. Pedrinho propõe uma troca: você me dá seu guarda-chuva e eu lhe entrego meus sapatos de camurça. Negócio fechado. Na primeira tempestade, Joãozinho rouba o guarda-chuva para proteger seus sapatos novos. Pedrinho fica descalço e encharcado. Foi mais ou menos isso que o governo fez com a oposição e a sociedade quando regulamentou por medida provisória a entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas. O Conselho de Comunicação Social, cuja criação foi a condição exigida pelos parlamentares da oposição para que aprovassem a emenda do capital estrangeiro, não foi sequer consultado.

A assinatura de Fernando Henrique Cardoso na MP 70, de 1º de outubro, permite que empresas jornalísticas nacionais, de mídia impressa, rádio e televisão, vendam até 30% de seu capital social para investidores estrangeiros, e até 100% para pessoas jurídicas brasileiras. É a regulamentação da emenda constitucional número 36, que depois de muita polêmica foi promulgada em maio. A aprovação no Congresso Nacional só ocorreu porque a bancada da oposição condicionou seu voto à criação do Conselho de Comunicação Social, um órgão auxiliar do Congresso, previsto na Constituição e que durante 10 anos foi uma promessa não cumprida. O conselho é um órgão formado por representantes de empresas, sindicatos e da sociedade em geral. Sua função é emitir pareceres ao poder Executivo sobre regulamentos e normas relacionados à comunicação.

Em maio, quando as garantias para a composição e instalação do conselho foram asseguradas pelo governo, Daniel Herz, o coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, entidade que convenceu a oposição a trocar a aprovação da emenda 36 pela criação do conselho, declarou: "Trata-se de um espaço institucional que abre para a sociedade, democraticamente, condições de incidência sobre o Legislativo e o Executivo, viabilizando, publicamente, o que antes só estava ao alcance dos lobbies empresariais". Passados cinco meses, tamanha empolgação foi frustrada. Após assinar a regulamentação da emenda 36, o ministro das Comunicações, Juarez Quadros, reconheceu que "fizemos a medida provisória e não um projeto de lei a pedido das empresas. Elas pediram agilidade, falaram que há muito interesse dos investidores externos em fazer operações com as empresas de comunicação do Brasil".

Ao invés de consultar o Conselho, o ministro declarou ter discutido o texto da regulamentação com o relator da emenda 36, deputado Henrique Cardoso Alves (PMDB-RN), cuja família é proprietária de duas afiliadas da rede Globo, cinco emissoras de rádio e um jornal no Rio Grande do Norte. No fim de 2001, quando foi criado o Código de Ética da câmara, o que obriga o parlamentar a se declarar impedido de votar assuntos que sejam relacionados a seus interesses patrimoniais, Cardoso Alves atestou que a emenda 36 "não foi feita para aumentar o patrimônio de um ou outro deputado, mas um princípio para beneficiar um setor". A assessoria jurídica da presidência da Câmara concordou. Se o código fosse respeitado, o mínimo de 308 votos necessários para aprovar emendas constitucionais jamais seria alcançado, porque pelo menos 50 deputados federais são proprietários de empresas de comunicação.

Em nota oficial assinada por seu coordenador, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação criticou a atitude do executivo. O documento destaca que "sonegar ao Congresso e à sociedade a apresentação da proposta de regulamentação feita pelo governo Fernando Henrique Cardoso responde ao pior uso que se poderia fazer de uma medida provisória e expressa uma atitude autoritária e antidemocrática". A MP só pode ser assinada em casos de urgência, ou seja, quando existe perigo de danos, e relevância, vinculada unicamente à realização do interesse público.

Outro problema apontado pelo Fórum é a inconveniência da regulamentação do ingresso do capital estrangeiro sem a prévia regulamentação do artigo 221, que prevê a regionalização da produção cultural, artística e jornalística. "Proporcionar a entrada do capital estrangeiro, antes que seja regulada a incidência do Art. 221 consiste numa inversão tumultuária do processo legislativo e num desrespeito ao comando constitucional" alertou o Fô-



rum.

Regulamentação - Dentre as determinações da MP que regulamentam a emenda do capital estrangeiro, uma das mais polêmicas trata dos fundos de investimento de carteiras de ações. A permissão para que eles pudessem investir nas empresas de comunicação estava na minuta do projeto de lei, que ficou em consulta pública. Apesar de ter sido retirada do texto enviado à Casa Civil, em 2 de setembro, foi restabelecida no texto da MP. Os fundos e investidores individuais, poderão investir em empresas de rádio e televisão aberta, por intermédio de carteiras de ações, submetendo-se às mesmas regras válidas para os demais investidores. Mas se o fundo desejar participar de um grande número de empresas de radiodifusão em todo o país, por exemplo, só poderá fazê-lo caso controle ou indique administrador para apenas uma delas. Nas demais empresas, o fundo precisará manter menos de 20% das ações, com ou sem direito a voto. Caso o fundo pretenda assumir participação relevante, igual ou superior a 20%, em mais de uma empresa, terá de se submeter aos limites da legislação de radiodifusão de 1967. Essa legislação determina, por exemplo, que um mesmo controlador não pode ter mais de 10 emissoras de TV no país, sendo cinco em UHF e cinco em VHF, limitadas a duas por estado. Se a carteira de ações for de fundo estrangeiro, ele não poderá superar o limite de 30%.

Outro ponto da regulamentação estabelece que os sócios es-

trangeiros, ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, só poderão participar das empresas, de mídia impressa ou de rádio e TV, de maneira indireta, por intermédio de pessoas jurídicas constituídas e sediadas no País. A MP estabelece ainda que toda alteração do controle societário dessas empresas deverá ser comunicada ao Congresso. No caso das emissoras de rádio e TV, a comunicação será feita pelo órgão do Executivo responsável pelo setor, que atualmente é o Ministério das Comunicações. No caso dos jornais e revistas, cada empresa fará a comunicação. Entre as atividades a serem exercidas só por brasileiros estão a responsabilidade editorial, a seleção e direção da programação veiculada e a gerência das empresas.

Indiferença - Após a publicação da MP no Diário Oficial, senadores e deputados tiveram seis dias para apresentarem emendas ao texto, mas apenas o PT fez sugestões de alterações. O partido apresentou dez emendas aditivas e modificadoras, entre elas a retirada do artigo 10 da Medida Provisória, em que os investimentos de carteira de ações não estão sujeitos às limitações, desde que o titular não indique administrador em mais de uma participação societária. Se não conseguir, o PT quer definir um limite mínimo de 5% do capital votante para os titulares dos investimentos. O Partido dos Trabalhadores também pediu que fosse acrescentado um artigo em que até 90 dias depois da publicação da MP o Ministério das Comunicações fizesse o recadastramento das composições societárias das empresas de radiodifusão, comunicando ao Congresso Nacional e ao Conselho de Comunicação Social as alterações no controle das empresas.

Além da omissão dos outros partidos, a imprensa também colaborou para a indiferença quanto à medida. Apesar da liberação de entrada de capital estrangeiro ser uma discussão que ocorre desde 1996, quando o projeto original foi apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a criação de uma MP no lugar de um projeto de lei foi pouco criticada pela mídia, já que a medida favorecia as empresas de comunicação às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais.

Presidente assinou 3.752 MPs

As Medidas Provisórias foram criadas na Constituição de 1988 substituindo os também criticados decretos lei previstos nas Constituições anteriores. A MP é editada pelo presidente da República, tem poder de lei e entra em vigor antes mesmo de ser aprovada no Congresso.

É instrumento para que o presidente da República possa solucionar situações emergenciais, em que a demora do processo legislativo, em tese, ocasionaria prejuízos à nação. Mesmo possuindo finalidade clara, as medidas provisórias vem sendo utilizadas pelo executivo de maneira arbitrária e inconstitucional: de setembro de 2001, quando a Emenda 32 alterou o prazo de vigência das MPs, 36 medidas já tramitaram no Congresso.

Nenhum presidente usou tantas MPs quanto Fernando Henrique Cardoso. Ele editou 160 no primeiro mandato e

123 no atual. É seguido por Itamar Franco, com 141 medidas provisórias em apenas dois anos de governo, por José Sarney, com 125 MPs em cinco anos e Fernando Collor com 87 MPs em dois anos. Algumas medidas são reeditadas por FHC desde o governo Itamar. Nos seis primeiros anos de governo, o presidente editou e reeditou 3.752 MPs, uma média de 1,7 por dia, (incluindo sábados, domingos e feriados).

Para votar uma MP é preciso a presença de 257 dos 513 deputados no plenário, a aprovação depende de maioria simples e não existe necessidade da contagem de votos no painel. A MP tem validade de 60 dias e pode ser renovada pelo mesmo período.

Vitor de Brites

Dilson Branco
Colaborou **Camila Paschoal**

Justiça censura imprensa no DF

Candidatos ao governo recorrem à Justiça para evitar denúncias

Mais um país árabe expulsa a Al-Jazeera

Saddam Hussein e George Walker Bush ainda se preparam para a guerra mas já atacam um inimigo comum: a imprensa. O governo do Kuwait, aliado dos Estados Unidos, fechou, no dia 03, a sucursal local da rede de televisão Al-Jazeera, alegando que o canal não é objetivo. O comunicado foi feito por telefone pelo ministro da informação ao chefe do escritório local, jornalista Saad al Enezi, que sequer sabe se a medida é provisória ou permanente. A programação autêntica conquistou cerca de 40 milhões de telespectadores e transformou a Al-Jazeera na rede de maior audiência do Oriente Médio, atingindo, via satélite, uma longa faixa de vai de Damasco a Hong-Kong. Thomas Friedman, colunista do *The New York Times*, em março de 2001, definiu que "não é somente o maior fenômeno de mídia no mundo árabe desde o advento da televisão, é também o maior fenômeno político".

Perseguição - A Al-Jazeera está acostumada ao cerceamento. É impedida de operar em Bahrain e Jordânia. Em 1999, o emir do Kuwait Jaber al-Ahmed al-Sabah proibiu, durante um mês, a estação de produzir reportagens no país porque um iraquiano o insultou pelo telefone em um programa ao vivo. Yasser Arafat fechou temporariamente a sucursal da emissora em Ramallah por conta de uma propaganda de um documentário sobre a guerra civil libanesa. Em abril do ano passado,



AP Photo/Al Jazeera TV

um tribunal civil penalizou a emissora com uma multa de US\$ 1.650 por ter publicado comentários ofensivos a cidadãos kuwaitianos. A condenação, porém, foi derrubada em instância superior.

Desde que foi fundada em 1996, a Al-Jazeera motiva a emissão de mais de 100 reclamações oficiais por ano de países árabes aos diplomatas do Qatar, país sede da emissora. Kuwaitianos dizem que a cobertura jornalística é favorável aos iraquianos. Sauditas insistem que os programas são anti-islâmicos. Por conta de programas da Al-Jazeera, Líbia e Tunísia chegaram a retirar seus embaixadores temporariamente de Doha, capital do Qatar. Até o governo do Líbano, mais acostumado com a imprensa livre, também não gostou quando a emissora entrevistou Roger Hater, membro das Forças Cristãs Libanesas.

Fora do mundo árabe, os americanos são os maiores críticos. Oficiais do Khalifa al-Thani, que usasse seu poder para controlar a Al-Jazeera, numa conferência de imprensa em Washington no ano passado. No contexto dos atentados de 11 de setembro, o governo Bush acusou a Al-Jazeera de imparcialidade e anti-americanismo; disse que as repetições de entrevistas com Osama Bin Laden estariam estimulando sentimentos fundamentalistas e propagando códigos secretos que levariam a novos ataques terroristas. Além disso, condenou a emissão de uma notícia supostamente não confirmada sobre a captura de soldados americanos por guerreiros Talibã. Ahmad Sheik, um dos editores de telejornalismo da Al-Jazeera, se surpreende com a reação americana: "Porque vem dos Estados Unidos, que se considera o maior defensor da liberdade de expressão, isso é muito estranho, e inaceitável".

Dilson Branco

Uma justiça cega, a corrupção em altos escalões do governo, um governador tentando a reeleição, grilagem de terras públicas: esses são os elementos de uma história que trouxe a censura de volta à imprensa nacional. O jornal em questão, *Correio Braziliense*, foi impedido de publicar gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal - com autorização judicial - que envolviam integrantes do governo do Distrito Federal em esquemas de apropriação de terras públicas. A ordem, expedida pelo desembargador Jirair Meguerian determinava "busca e apreensão, com arrombamento ou entrada compulsória, na sede do jornal, se houvesse necessidade". Para Victor Gentili, editor do sítio *Observatório da Imprensa* e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, o episódio ocorrido com o *Correio Braziliense* vai ficar na história da imprensa e da democracia brasileira:

é a primeira vez, desde a ditadura militar, que um jornal de grande porte é vítima de censura explícita".

O pedido de censura prévia foi feito pela coligação Frente Brasília Solidária, do governador reeleito Joaquim Roriz (PMDB), sob a alegação de que o *Correio Braziliense* iria divulgar as escutas feitas nos telefones dos irmãos Passos, os maiores grileiros do Distrito Federal. Ricardo Yoshida, oficial de justiça e Adolfo Marques da Costa, advogado de Roriz, fiscalizaram a redação e a gráfica do jornal, além de vistoriar todas as páginas da edição de 24 de outubro. Marques da Costa disse que o jornal não sofreu censura porque "não havia polícia" na redação e afirmou que o governador Joaquim Roriz tem demonstrado um "espírito democrático muito grande".

Dotado desse "grande espírito democrático", Roriz, negou a autoria da censura durante o programa eleitoral do dia seguinte. Horas depois de aparecer na televisão, entretanto, investiu novamente contra a liberdade de imprensa, pedindo à Justiça que enviasse um oficial para fiscalizar a redação do jornal. Mas o juiz Carlos Eduardo dos Santos indeferiu o pedido, por considera-lo "desnecessário". Também disse que a "medida somente contribuiria para adicionar contornos políticos a uma questão que deveria ter sido tratada apenas no âmbito jurídico". Durante a noite, um advogado do governador esteve na redação do *Correio Braziliense* para entregar uma carta, confirmando que as fitas estavam protegidas por segredo de justiça. Roriz tinha medo de que o conteúdo das gravações fosse divulgado, já que na mesma sexta-feira o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revogou a censura prévia imposta ao jornal. Até o fechamento desta edição, os jornais de Brasília



teve direito de resposta contra o *Correio Braziliense*. Os advogados de Roriz alegaram que o teor das informações da matéria "Aliança fechada" na madrugada ofende a honra do governador ao afirmar que ele ofereceu, em troca do apoio do vice-governador Benedito Domingos (PPB), "R\$ 20 milhões, além de uma secretaria, a direção de três estatais e a administração de Taguatinga".

Brasília, capital da censura - Não é só o *Correio Braziliense* que sofre censura da justiça em Brasília. Outros três jornais, *A Tribuna do Brasil*, *Jornal da Comunidade* e *Jornal de Brasília*, também estão impedidos de publicar conteúdo das fitas gravadas pela Polícia Federal. Na edição de 24 de outubro, o *Jornal de Brasília* trouxe, como o *Correio Braziliense*, um box com tarja "Censurado - o JBr está sob censura do TRE". Além disso o PT obteve três liminares impedindo a publicação de reportagens sobre recebimento de dinheiro para regularizar os condomínios, a publicação de fitas em que o grileiro Germano Carlos faz acusações a Magela e também de conversas de Pedro Passos com Hermes de Paula, ex-secretário de Obras de Cristóvam Buarque.

"Ao contrário do que dizem, o *Jornal de Brasília* não é ligado a Joaquim Roriz. Esse boato colou e, desde então, somos acusados de patrocinar o atual governo", diz Paulo Pestana, diretor de redação. Segundo o jornalista, a censura ao *JBr* não tem tanta



Censura prévia: advogado de Roriz revive hábitos da ditadura

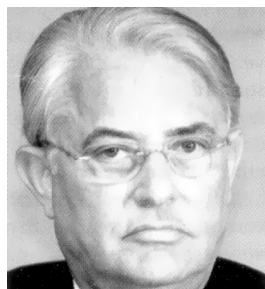
José Varella - C/Press/Epoca

Roriz dá terras em troca de favores políticos

Em 1992, o Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal determinou que só poderiam ser regularizados condomínios implantados até novembro daquele ano. Isso provocou uma corrida de grileiros aos órgãos do DF para cadastrar condomínios fantasmas, inexistentes. Esses cadastros seriam usados posteriormente no processo de regularização. Da mesma forma, foram fraudadas em cartórios escrituras que comprovavam a existência dos condomínios em 1992.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou, em 1995, a CPI da Grilagem para investigar a posse indevida de terrenos públicos. O relatório da Comissão denunciou os envolvidos com a grilagem e também apontou caminhos para se ordenar a ocupação de terras no DF. A deputada federal Maria José Conceição (PT), relatora da CPI na época, diz que uma das soluções encontradas para impedir que as irregularidades prosseguissem foi o agrupamento de condomínios em bairros. "Tornou mais fácil regularizar os lotes já ocupados e fiscalizar os espaços ainda não ocupados".

Mas a regularização e a fiscalização não vem acontecendo no governo Roriz, que alega não ter condições para reprimir as invasões de terra. Uma investigação do Tribunal de Justiça e do Ministério Público revela que as terras do estado são utilizadas pelo governador como moeda de troca para favores políticos. No final de 1994, Joaquim Roriz autorizou um acordo que fez a Terracap, empresa que disciplina a divisão de terrenos no DF,



Roriz: xerife e juiz no DF

Marcos Gauthier-Folha/Imagem/CartaCapital

perder 72 alqueires para o condomínio RK. O contrato tramitou em velocidade recorde, em apenas seis dias úteis, o governo deu início, estudou, aprovou e assinou a divisão. Roriz responde a uma ação de improbidade administrativa na Justiça Federal por causa do acordo. O caso também fez com que ele fosse investigado pelo Ministério Público Federal.

Segundo o Ministério Público, o Condomínio RK é de propriedade de "laranjas" que agem em nome dos irmãos Passos, família amiga de Roriz - Pedro Passos foi premiado com duas medalhas oficiais de mérito. Em 1995, Roriz foi fiador de um empréstimo de US\$ 1 milhão para uma empresa da família Passos e também desapropriou áreas em benefício de passos consideradas pelo MP, testas de ferro dos Passos. O mote da campanha de Pedro Passos a deputado distrital (PSD) era ser "amigo do governador".

Mas o caçula dos Passos começou a disputar eleições em áreas da cidade antes ocupadas por parlamentares do PMDB e passou a ser atacado pelos antigos aliados. Em represália, o irmão Márcio Passos entregou ao *Correio Braziliense* um conjunto de fitas de vídeo, em que mostra Odilon Aires, o ex-secretário de Assuntos Fundiários reclamando que recebeu menos lotes que o presidente da Câmara, Gim Argello, para aprovar projetos

de regularização de condomínios. Márcio Passos diz ter mais de cem fitas com conversas gravadas nos últimos cinco anos com integrantes do alto escalão do governo. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, Márcio diz que "quer acabar com a hipocrisia. Papagaio come milho e periquito leva a fama. O Odilon, por exemplo, fica na Câmara Legislativa me fazendo ataques, estou com fama de bandido, mas o negócio não é bem assim", provoca. Quando perguntado se tinha gravado o governador, Márcio garantiu:

- Gravei todo mundo. Depois de a entrevista ser publicada, foi criada outra CPI, a das fitas, ainda em andamento. Questionado por seis horas do envolvimento do governador com a grilagem, Pedro Passos garantiu que "Roriz nunca fez nada para beneficiar a mim ou meus irmãos". Também acusou os deputados de oposição de estarem criando um fato político na véspera das eleições.

Na segunda sessão da CPI das Fitas foi depor o advogado Orivaldo Ferrari, que acusou um ex-assessor de Geraldo Magela, candidato petista derrotado ao governo do DF, de regularizar condomínios irregularmente. Após mentir para a comissão, o deputado Paulo Tadeu (PT) pediu a prisão preventiva de Ferrari mas o presidente da mesa, Wilson Lima (PSD), partido que apoia Roriz, encerrou a sessão. "A oposição só queria tumultuar", justificou Lima. "Essa medida só demonstra que a CPI foi uma farsa criada pelos governistas para o segundo turno das eleições", acusou Tadeu.

O PT também impediu a circulação de denúncias contra Magela feitas pelo deputado distrital Tadeu Filipelli (PMDB), aliado de Roriz. Na sexta-feira 25, um advogado do partido e um policial militar, sem mandato de busca, tentaram impedir a distribuição do jornal *Coletivo*, que tem tiragem de 60 mil exemplares e circula diária e gratuitamente, no metrô da cidade. Um dia antes, policiais militares e um oficial de justiça entraram na redação do *Jornal da Comunidade* para recolher qualquer tipo de material que fizesse referência a Magela.

Sobram protestos, da direção do *Jornal de Brasília* e da *Tribuna do Brasil* sobre a pequena repercussão dos casos de censura e dos diários não terem recebido apoio de nenhum órgão representativo da imprensa e da sociedade civil. "Nenhuma entidade, como a OAB ou o Sindicato dos Jornalistas se pronunciou a nosso favor", reclama Alves. Edgard Tavares, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, se defende, dizendo que condenou publicamente o que ocorreu na *Tribuna*. "Quando os agentes estiveram lá me ligaram e me entrevistaram. Eu condenei a ação no jornal". Ele acrescenta que a direção do *Jornal de Brasília* não informou o sindicato sobre a censura sofrida. (WM)

Jornalistas repudiam episódio do *Correio*

Organismos internacionais também protestam contra cerceamento à imprensa

A Associação Mundial de Jornais (WAN) enviou uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso protestando contra a censura ao *Correio Braziliense*. No documento, Seok Hyun Hong, presidente da WAN, afirmava que a ação, por ter sido tido o aval Justiça, foi uma censura autorizada. "Este ato de censura oficial, que não é visto no Brasil há muitos anos, é a mais séria violação da liberdade de expressão", escreveu Hong, exigindo de FHC a livre publicação de informações ao cidadão.

O episódio também repercutiu no Congresso e pode levar a mudanças na Constituição. Para o deputado federal Orlando Fantazzini (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a censura prévia ao *Correio* indica que é necessária a realização de uma reforma do Judiciário, para "assegurar a vigência dos tratados internacionais assinados pelo Brasil, o estado de Direito e os valores democráticos". Já o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), também da Comissão de Direitos Humanos, vai convocar uma audiência pública. "Temos de debater o que aconteceu. A liberdade de expressão é um direito de qualquer ser humano. É lamentável que isso aconteça na capital do país em pleno período eleitoral", conclui.

Outras manifestações de desagravo à censura ocorreram em Brasília. O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal organizou um ato público em favor da liberdade de expressão e em solidariedade ao *Correio*. Os manifestantes colocaram mordacões azuis, numa alusão à política do governador Joaquim Roriz. Participaram do movimento cerca de 30 instituições, entre elas a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), OAB, Polícia Federal, CUT além de estudantes e professores. Os manifestantes fizeram um cordão de isolamento para impedir a entrada de um oficial de Justiça no *Correio Braziliense*.

Jornalistas de todo o país também deram demonstrações de solidariedade. "Vasculharam o jornal exatamente como faziam os



censores na época dos ditadores. A diferença é que a censura não vem mais do poder Executivo, mas de alguns elementos do Judiciário", protestou Ana Arruda, presidente do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) lamentou o episódio. "Esse fato tem características ameaçadoras para a liberdade de imprensa", comentou Francisco Mesquita Neto, presidente da associação. A ANJ enviou um relatório a mais de 20 organismos internacionais, entre eles as Nações Unidas.

Em um congresso da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), Roberto Cox, presidente da entidade, advertiu que a liberdade de imprensa e a vida dos jornalistas estão em constante perigo em países como Venezuela, Colômbia e México. Brasil e Guatemala também são considerados lugares perigosos para a imprensa, tanto que o país ocupa o 54º lugar num ranking mundial que avalia a liberdade de imprensa divulgado pela organização não governamental Repórteres sem Fronteiras. Outro estudo da Justiça Global, ONG especializada na defesa dos direitos humanos, revelou que nos últimos cinco anos 23 pessoas morreram e outras 32 foram ameaçadas de morte por defender o direito a informação. Muitas das vítimas eram jornalistas, assassinados depois de denunciar esquemas de corrupção. A principal parte do relatório tratou da situação no Espírito Santo - estado no qual o crime organizado se infiltrou em instituições como o Legislativo, o Executivo e o poder Judiciário estadual. (WM)

Governador eleito ainda tem muito para explicar

A eleição em Brasília teve a menor diferença de votos de todo o país. A apertada vitória de Joaquim Roriz (PMDB), sobre o candidato do PT, Geraldo Magela se deu por apenas 15.778 votos. Eleição vencida, agora o governador reeleito, tem que se preocupar em conseguir manter o seu quarto mandato, já que corre o risco de ser obrigado a deixar o poder antes de 2006. A batalha dessa vez não será nas urnas, mas nos tribunais. Já circulam em Brasília boatos de uma intervenção federal.

O Ministério Público pediu, há um mês, a cassação do registro da candidatura de Roriz por abuso de poder. Os procuradores o acusam de praticar atos de governo para promoção pessoal, com intenção eleitoral, como o programa de doação de lotes e a distribuição de lanches a invasores de áreas públicas. Não há previsão para o julgamento. "Se o pedido for aceito pelo TRE, Roriz perde o diploma de governador eleito e, conseqüentemente, o mandato", explica o procurador eleitoral Franklin da Costa.

Em outra investigação promovida pela Polícia Federal, foram gravadas conversas telefônicas, com autorização da Justiça, sugerindo que o governador é sócio dos irmãos Passos, considerados por uma CPI realizada em 1995, os principais grileiros do Distrito Federal. Roriz também está sendo investigado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), por causa das denúncias de envolvimento com grilagem de terras públicas. Ele é acusado de ter autorizado uma divisão amigável de terras que deu prejuízo de 72 alqueires à Terracap, empresa que disciplina a divisão de terrenos no DF. O acordo foi com o condômino RK, que pertence à família Passos. Além do acordo com o RK, o governador é investigado por suspeitas de desapropriações superfaturadas autorizadas em 1994, no final de seu governo. Devido ao acordo, ele responde a uma ação de improbidade administrativa na Justiça Federal. (WM)

Magela denuncia uso da PM e compra de votos

O candidato do PT, Geraldo Magela, disse que não reconhece a vitória de Joaquim Roriz. O petista vai pedir a impugnação da eleição no Tribunal Regional Eleitoral. "Não vou aceitar calado que o TRE tenha feito vista grossa à compra de voto, ao transporte ilegal de eleitores, e aos abusos cometidos pela Polícia Civil". Ele disse ainda que, se o TRE continuar achando que esses números são legais, vai recorrer ao TSE. "Mesmo que o resultado seja desfavorável, estaremos com Lula para impedir a grilagem de terras no DF e que esse senhor [Roriz] continue achando que Brasília é o quintal da sua fazenda".

Durante as eleições, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP) não usou a Polícia Militar para fiscalizar e combater possíveis irregularidades — como a boca-de-urna e a compra de voto. Segundo a SSP, todos os 15 mil policiais militares já estavam comprometidos com outras atividades. É a primeira vez que um governo nega ao Ministério Público o apoio da PM. "Sem a colaboração da PM, fica difícil impedirmos a boca de urna e outras violações à lei eleitoral", lamentou o procurador-geral de Justiça José Eduardo Sabo.

Já os policiais civis trabalharam, em favor de Roriz. Segundo denúncia do *Correio Braziliense*, os policiais fizeram vista grossa para a boca-de-urna e os *bandeirões* da Frente Brasília Solidária. Um agente foi preso por constranger e ameaçar eleitores do PT. O mesmo jornal denunciou que a casa de Maria de Fátima Débora, 48, desempregada, foi invadida por policiais civis no domingo das eleições. "Três homens com colete da Polícia Civil entraram aqui e foram até a cozinha procurando propaganda irregular", garantiu Maria.

Joaquim Roriz (PMDB) se esquivou e diz que desconhece as denúncias de compra de votos e também lamentou o pedido de impugnação das eleições no Distrito Federal, feito por Magela. "Não é normal para um homem público fazer isso. Ele deveria é respeitar a vitória do outro. São denúncias graves que nunca faria contra ele", declarou o governador.

Wendel Martins

Ato contra jornal não é caso isolado

Restrição judicial atingiu *CartaCapital* e até *O Globo*

O evento em Brasília confirma uma triste realidade: a Justiça, que deveria zelar pelo cumprimento da Constituição, retira do cidadão o direito à informação, uma agressão à Declaração Universal dos Direitos do Homem, escrita há mais de 200 anos. São vários exemplos, análogos ao caso do *Correio Braziliense*.

No plano nacional quem ressuscitou a censura prévia foi o ex-governador Anthony Garotinho, ao impedir que *O Globo* continuasse a publicação de uma série de reportagens investigativas sobre sua administração. Em julho de 2001, o jornal acatou uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que sob o argumento de defesa da privacidade, proibia a veiculação de fitas contendo denúncias contra o então presidente. A censura contra o jornal carioca foi neutralizada por seu concorrente, o *Jornal do Brasil*, que teve acesso as fitas e publicou uma reportagem com parte das conversas. Garotinho também impediu, por via judicial, a revista *Carta Capital* de divulgar uma entrevista com o autor das denúncias.

No mesmo dia em que o *Correio Braziliense* era censurado, as edições 36 e 37 do jornal gaúcho *Lutar é Preciso*, eram apreendidas em todo o estado. A coligação União Pelo Rio Grande do governador eleito Germano Rigotto (PMDB) ingressou com pedido de busca e apreensão do material junto ao Tribunal Regional Eleitoral. O motivo da censura foi uma reportagem que mostrava o histórico dos votos de Rigotto quando era deputado estadual e federal.

Era fim da tarde em Rondônia, quando o carro de distribuição do jornal *Imprensa Popular* foi cercado por agentes da Polícia Civil. Imediatamente, os exemplares do mensário que estavam sendo distribuídos em residências e pontos comerciais de Porto Velho, foram apreendidos. O editor do jornal, Gessi Taborda da Costa, e mais dois funcionários foram levados à força, sem mandado judicial, para o comitê eleitoral do governador José Bianco. "Lá fomos submetidos a fortes constrangimentos, inclusive com ameaça de agressão e morte", acusa Costa. "Está sendo impossível agüentar a censura desencadeada contra o veículo nesse período eleitoral. A censura revela-se pior do que a praticada no jornal *Correio Braziliense*". O *Imprensa Popular*, tem uma periodicidade mensal, e mantém uma linha editorial de oposição ao governo.

Não é a primeira vez que o governador investe contra a liberdade de imprensa. Tanto que a reportagem de capa do *Imprensa Popular* de outubro denunciava a censura da edição de setembro, que também foi apreendida por decisão da Justiça, sem qualquer notificação prévia aos redatores do jornal ou à empresa editora. O motivo da censura, em setembro, foi uma reportagem mostrava a situação dos 10 mil servidores públicos, demitidos durante o governo Bianco, sem receber indenização ou direitos trabalhistas. Em função da censura das duas últimas edições, o *Imprensa Popular*, que já teve uma tiragem de 50 mil exemplares, enfrenta sérios problemas financeiros. (WM)

Diários Associados demitem fundador

O jornalista Paulo Cabral, 80 anos, se afastou da presidência do Condomínio criado por Assis Chateaubriand, deixando para trás 22 anos de comando dos Diários Associados e mais alguns na presidência do *Correio Braziliense*. O motivo foi uma carta de advertência à sua gestão, quando os condôminos demonstraram insatisfação com os problemas financeiros do condomínio, principalmente do *Correio Braziliense*. Ao receber a advertência Cabral teria se sentido desmoralizado. Em solidariedade ao amigo, o diretor de redação do jornal, Ricardo Noblat também pediu demissão. Ainda está indefinido o futuro tanto da presidência do Condomínio quanto do *Correio Braziliense*.

A briga política entre os condôminos dos Diários Associados sempre foi intensa, mas começou a se acirrar no final do ano passado. Ari Cunha, um dos fundadores do CB, vinha enviando cartas aos condôminos criticando a atuação de Cabral e Noblat, tanto em termos administrativos quanto editoriais. Cunha também apareceu na propaganda eleitoral de Joaquim Roriz fazendo acusações ao diretor de redação do *Correio Braziliense* de favorecimentos durante o governo Cristovam Buarque (PT), quando Noblat e sua mulher Rebeca teriam sido premiados com superfaturamentos de serviços de comunicação.

Em virtude da acusação, o jornal obteve na Justiça cinco direitos de resposta, alguns deles escritos por Paulo Cabral, que também prometeu publicamente destituir Ari Cunha da vice-presidência do grupo. Mas numa reunião dos condôminos - na terça-feira 22, dia anterior a censura do *Correio* - 13 dos 19 membros votaram uma moção de censura a Cabral. O governador Roriz soube da notícia enquanto almoçava em uma churrasqueira com evangélicos. Interrompeu seu discurso e comemorou o afastamento de ambos. "Deus tarda, mas não falta", agradeceu.

Após a notícia do afastamento de Cabral e Noblat, anunciantes, leitores e a própria redação do jornal esperam o fim do *Projeto Correio*, uma reforma editorial que mudou a imagem "chapa branca" do diário. O jornal também passou a ser conhecido como um dos jornais graficamente mais bonitos do país, tendo conquistado muitos prêmios nacionais e internacionais.

Em carta publicada no *Correio*, Noblat escreve aos companheiros de redação e também aos leitores. O texto, intitulado "Até qualquer dia", fala da importância da imprensa em uma sociedade democrática e reforça a idéia de que o jornalismo deve ser independente e ético. "A democracia depende de cidadãos bem informados... e em uma democracia, o poder é dos cidadãos", escreveu Noblat, em sua despedida. (WM)



Vitória suspeita de Roriz

Regina Duarte fracassa como patrulheira



Bob Paulino-TV Globo
Plim-plim curvou-se ao Lula lá

Cobertura é isenta na TV. Até na Globo

Entre os aspectos positivos do processo eleitoral deste ano deve-se destacar o comportamento surpreendentemente imparcial e democrático das redes de televisão, principalmente da rede Globo. A emissora carioca tem um histórico de colaboração com os políticos conservadores, que vai desde ignorar a campanha *Diretas Já* em 1984, até só noticiar com destaque a campanha de *Impeachment* de Fernando Collor quando era certo que iria triunfar. Isto sem esquecer a edição do debate para o *Jornal Nacional* em 1989, quando o ex-presidente Collor foi beneficiado no confronto contra Luís Inácio Lula da Silva.

A iniciativa de entrevistar os quatro principais candidatos por dez minutos no telejornal com mais audiência do país foi o primeiro grande passo da cobertura.

Sem menosprezar a cobertura das outras redes, num país em que um canal de televisão tem mais audiência que todos os outros juntos, era natural que as jogadas da Globo conduzissem a cobertura jornalísticas. Mas o mais importante não foi a idéia, mas a maneira como os apresentadores fizeram as entrevistas. Os candidatos foram igualmente pressionados a explicar pontos obscuros de seus projetos políticos e situações do passado. Muito bem preparados para cada um dos encontros, Willian Bonner e Fátima Bernardes deixaram uma impressão tão boa, que o escritor Luís Fernando Veríssimo chegou a propor o nome de Bonner para presidente.

A audiência e a enorme repercussão dessas entrevistas foram o sinal verde para aumentar a cobertura de política na TV. Entrevistas em moldes semelhantes foram marcadas na Bandeirantes, SBT e Record. Além disso, houve quatro debates para a presidência e outros para os candidatos aos governos estaduais. No segundo turno, as entrevistas continuaram, mas o único debate presidencial foi o de sexta-feira, 25 de outubro, na rede Globo. Talvez para se redimir da edição que fizeram no debate de 89, o formato escolhido não deu a José Serra o confronto direto que o tucano tanto queria. Ambos candidatos ficaram em pé caminhando por uma arena e respondendo a perguntas de eleitores indecisos. O formato não convenceu porque àquela altura os candidatos já não tinham nada de novo para acrescentar. Mesmo assim muitos jornalistas como Alberto Dines consideraram o cenário em arena muito melhor que o tradicional.

O modelo de cobertura posto em prática em 2002 pode não sobreviver até as próximas eleições. Se houverem candidatos inexpressivos com alguma representação no Congresso, eles devem ter igual espaço na cobertura. Em 1998, por exemplo, o candidato Zé Maria, do PSTU participou dos debates - e foi solenemente ignorado pelos outros candidatos. Caso houvessem entrevistas nos telejornais, ele teria direito aos mesmos dez minutos que candidatos com a expressividade de Lula ou Garotinho. Nas próximas eleições talvez tenhamos uma overdose de Enéas.

Vitor de Brites

Discurso do medo não surte efeito que Serra queria

Quando decidiu participar do programa eleitoral do candidato José Serra na TV, Regina Duarte, a "namoradina do Brasil", não imaginava a polêmica que surgiria em torno de seu pronunciamento. E não esperava, também, que seu discurso seria melhor aproveitado pelo PT do que pelo PSDB. Na estreia do programa eleitoral tucano do segundo turno das eleições presidenciais, a atriz afirmou que sente que o Brasil corre o risco de perder, com a vitória de Lula, toda a estabilidade tão duramente conquistada. Não imaginava ainda, o desgaste que aquilo traria para sua imagem e que teria de ser escutada para poder votar no segundo turno.

Naquela semana (de 14 a 18 de outubro), o fato tomou conta do país, que se dividiu entre o apoio e a revolta contra a atriz. Além do discurso não surtir o efeito desejado, foi mais benéfico para os petistas. Após o resultado das eleições, o assunto foi explorado nos pronunciamentos do presidente eleito, que não se cansou de repetir que o povo votou "sem medo de ser feliz", lembrando o velho bordão do *jingle* de sua campanha para a presidência em 1989. O publicitário Duda Mendonça, responsável pelo *marketing* da campanha da Lula, aproveitou o caso para usar a frase "e a esperança venceu o medo" - também repetida por Lula em seus pronunciamentos depois de eleito e nas camisetas de comemoração da vitória.

A declaração da atriz foi taxada de terrorista por parte dos eleitores de Lula. A primeira manifestação de repúdio à inserção foi de João Felício, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que enviou carta a Regina Duarte, na qual dizia que a atriz "prestou-se ao papel de terrorista e/ou patrulheira do voto dos que querem mudança". A partir daí, vieram à tona diversas discussões, desde o direito à liberdade de expressão até a questão ética desse tipo de discurso naquela circunstância. Intelectuais, como o cineasta Jorge Furtado, o dramaturgo Jair Alves e o compositor Aldir Blanc, criticaram a atitude da atriz sob óticas diferentes, mas com o mesmo objetivo de mostrar a falta de fundamentos do discurso. Furtado, em uma análise semiótica da questão, apontou que Regina Duarte tem vários medos, menos o de dizer frases sem sentido. E artistas, como Carlos Vereza, Raul Cortez e Lima Duarte, se posicionaram em defesa da colega. A cantora Nana Caymmi, eleitora de Serra, defendeu Regina Duarte com o ar-



Antônio Gaudêncio-Folha/Imagem
A atriz e seu candidato galã: beijim-beijim, tchau-tchau

gumento de que "ela expressou o sentimento de uma parcela da sociedade e o que o mercado está dizendo".

Dois dias depois da primeira veiculação do depoimento de Regina Duarte, a atriz Paloma Duarte participou do programa eleitoral de Lula. Em sua inserção, Paloma diz ter procurado a produção do programa petista porque se sentiu "desrespeitada, violentada como cidadã brasileira e como eleitora e queria registrar seu protesto". No final de sua aparição, Paloma acentuou que um candidato que precisa atemorizar a população brasileira para tentar se eleger não merece meu respeito, confiança e não mereceria jamais ser presidente da República. Mais dois dias se passaram e a campanha tucana não deixou a síndrome do medo terminar. Desta vez a veterana atriz Beatriz Segal se expôs na defesa de Regina Duarte, e do programa de Serra. Tentou impressionar com a frase de que "tenho medo de dizer que estou com medo". Sua atuação não repercutiu.

Os efeitos do depoimento assustaram Regina Duarte, que foi descansar em uma fazenda no interior paulista. O recolhimento foi "para amadurecer antes de falar sobre o assunto". Ao voltar de viagem, concedeu uma entrevista à Agência Estado e confessou que estava com mais medo do que quando gravou o depoimento, que tinha medo de perder coisas já



Regina, a porta-voz do medo da elite

conquistadas. Ao ser questionada se foi paga e se o texto era de sua autoria, respondeu que não era verdade, que sua adesão à campanha era ideológica. Já no jornal *O Globo*, Regina Duarte se contradisse. Esclareceu que seu medo não era de Lula, mas do retorno da hiperinflação caso Lula ganhasse as eleições. Na mesma entrevista, acrescentou que "disse que tinha medo de Lula. Mas meu medo aumentou com a reação de intolerância e 'patrulha' política de gente do PT". No segundo turno, a atriz votou no Instituto de Ensino Pedro Ivo, em São Paulo, escoltada por cerca de 23 pessoas do PSDB. A escolta foi oferecida por integrantes do partido e aceita de imediato, pois ela achava que a presença deles daria um toque "festivo". Festividade de funeral para uma campanha desastrosa e desastrosa. O veneno matou o feiticeiro.

O verdadeiro temor

Por causa da polêmica declaração feita para o horário político do PSDB, Regina Duarte quase perdeu um cachê de R\$ 250 mil. A atriz havia gravado duas peças para a campanha publicitária da empresa de telefonia Telemar. Depois da veiculação de seu depoimento na campanha do candidato José Serra, a empresa informou a atriz que não pagaria o cachê, mas depois desistiu da atitude. Para a Telemar, o contrato assinado vetava a participação da atriz em qualquer campanha política.

O caso Regina Duarte criou outra polêmica. As opiniões em relação à postura da empresa também se dividiram. A atitude de Regina Duarte de atacar acusando de preconceito e patrulhamento foi mantida inclusive em relação à empresa. Para ela, o preconceito foi causado por sua participação na campanha política. Ameaçada de não receber o cachê, a atriz enviou carta à empresa contestando a decisão.

Em 31 de outubro a Telemar desistiu de cancelar o pagamento, mas manteve a decisão de não veicular as peças publicitárias por tempo indeterminado. O jornal *Folha de São Paulo* informou que os anúncios foram gravados em 10 de outubro, e a campanha estrearia no dia 29 em dois estados do Nordeste.

Flavia Lima

Faltou confronto no último debate de Lula e Serra

Apesar do cenário ser chamado de "arena", o que menos se viu no "debate" organizado pela rede Globo em formato importado dos Estados Unidos, foi o embate direto entre os candidatos. Cercados por 150 eleitores indecisos de várias regiões do país, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, da Coligação Lula Presidente (PT, PL, PC do B, PCB, PMN), e José Serra, da Grande Aliança (PSDB, PMDB), não puderam fazer perguntas um ao outro. Serra ainda tentou indagar o adversário sobre questões como o reajuste do salário mínimo para 2003, enquanto respondia as cerca de 15 perguntas dos eleitores, mas foi ignorado por Lula.

Os momentos mais tensos do programa, que teve média de 36 pontos no Ibope, se restringiram a duas reclamações de Lula sobre intervenções do adversário. Na segunda reclamação, o candidato petista ganhou direito de resposta, apesar de não ter ocorrido nenhuma ofensa pessoal, para explicar a origem do programa de progressão continuada que impede a repetência no ensino público. Serra insinuou que Lula seria incoerente ao condenar o programa criado pelo educador Paulo Freire, do próprio PT.

Serra também criticou o que chamou de "arrogância" do adversário que se apresentou como "a única chance que o Brasil tem de fazer um novo pacto social". Mas se revelou excessivamente auto-confiante. "Eu não me considero o único não. Eu me considero o melhor", disse o tucano, que nesse debate defendeu as políticas do governo FHC e continuou a tática usada nos programas eleitorais de mostrar os problemas das administrações petistas. Lula sorria irônico diante das provocações. "Eu posso falar do futuro. Meu adversário não pode porque é governo", cutucou.

Perguntado pelo pesquisador carioca José Paulo Gallardi Leite sobre a previdência, Luiz Inácio Lula da



Silva defendeu que nenhum aposentado pode receber menos do que quando estava no mercado de trabalho. "No mundo inteiro, a pessoa, quando se aposenta, ganha um prêmio. No Brasil, ganha um castigo", alertou o petista. Serra replicou que só o aumento na arrecadação pode melhorar a aposentadoria da população.

Lula também criticou a política social do atual governo que gastaria anualmente R\$ 3,3 bilhões. "Nós estamos confundindo programas sociais com esmola dada a pessoas muito pobres", disse ao que o tucano rebateu, garantindo que são gastos anualmente R\$ 28 bilhões na área social e que o adversário esquecia de contabilizar os benefícios do INSS. Lembrou que o presidente Fernando Henrique deve receber o prêmio Mahhub ul Haq da Organização das Nações Unidas (ONU) pela melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) durante seus oito anos de governo.

O comerciante de Pernambuco José Carlos Flores se

mostrou preocupado com o tráfico de drogas. Serra defendeu que o combate não deve esquecer do viciado e prometeu criar 200 clínicas de recuperação que atendam pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Lula criticou a idéia do adversário. "Fica mais barato para o Estado evitar o problema do que combatê-lo depois", disse.

A pergunta da empresária baiana Taíse Santos sobre salário mínimo foi a oportunidade de Serra de cobrar promessas mais específicas do petista. "Parece que vai chegando a eleição e as propostas vão ficando mais vagas quanto a juros, salário mínimo." Ele propôs um aumento de pelo menos 50% em termos reais nos próximos quatro anos e um mínimo de R\$ 220 para o próximo ano.

O tucano aproveitou a questão dos impostos em cascata para criticar administrações petistas. "Nas prefeituras do PT, o ISS (Imposto sobre Serviços) e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) são o dobro do que o de outras capitais", disse o candidato que prometeu diminuir a carga tributária em um ponto percentual por ano. Lula lembrou que durante o governo FHC ela aumentou nove pontos e chegou a 36%.

Os candidatos repetiram seus slogans de campanha nas considerações finais. Serra lembrou que os eleitores estariam decidindo seus próximos quatro anos na votação do dia 27 e pediu que cada eleitor seu conseguisse mais um voto para reverter o resultado. Lula ironizou o discurso do tucano. "Eu não posso fazer o mesmo pedido que o Serra, porque senão nós iremos passar os 100%", disse, apostando na vitória da esperança sobre o medo.

Márcio Fukuda

O último comício

Ato final foi um agradecimento aos catarinenses

Os catarinenses deram a prova definitiva de que estão com Luís Inácio Lula da Silva no comício de Florianópolis na última quarta-feira antes da eleição. Mais de 30 mil pessoas se espremeram no Largo da Alfândega, aguardando desde as seis horas da tarde a chegada do candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Logo que a banda Guaypeka começou o primeiro show da noite, ficou claro que ninguém estava ali por causa dos artistas convidados. Queriam ver Lula em seu último comício do segundo turno eleitoral. Isso em sua noite em que o time de futebol mais popular do Brasil enfrentava o mais popular de Santa Catarina no estádio Orlando Scarpelli. E foi o próprio Lula quem melhor definiu o entusiasmo do momento: "Isso não é um comício. Isso aqui é uma aula de pós-graduação em Sociologia Política".

E a capital catarinense finalmente colaborou com Lula. A chuva e o mau tempo, que já haviam atrapalhado seus comícios no segundo turno de 89 e no primeiro turno dessa campanha, dessa vez passaram longe. Em todos os lugares do Centro de Florianópolis se encontrava gente com adesivos do PT, camisas com o nome de Lula e cabos eleitorais de Luiz Henrique da Silveira trazidos de Joinville especialmente para o evento. Discutia-se política na porta dos colégios e na frente dos bares e restaurantes, onde muita gente preferiu esperar a chegada de Lula. Pais com bebês e crianças compareceram em grande número, para orgulho do presidente eleito: "Em um comício com baderna, banguça e ladrões, um pai não levaria seu filho".

Os policiais do posto do Largo da Alfândega não registraram nenhuma ocorrência grave, mas a multidão, aguardando o petista atrás do palanque, acabou bloqueando a rua que desce a Praça XV. Muitos deles, como a gaúcha Helena Vaghetti, queria apenas aproveitar para ver Lula de perto. Outros estavam ali porque acreditavam que Luís Inácio era o único que poderia resolver seus problemas. Um grupo de funcionários das empresas Cipla, Proplast e Interfibra, todas de Joinville, queria entregar ao candidato uma carta contando como o dono das três empresas vem atrasando salários e deixando de depositar o FGTS.

"A Justiça do Trabalho é lenta e defende o dono da empresa, fizemos uma greve para protestar contra o atraso dos salários e foram demitido 79 funcionários sem receber seus direitos", conta Idemar Lopes, que trabalhou cinco anos na empresa, se demitiu porque não recebia e até hoje não viu a cor do seu dinheiro. Embora evite criticar abertamente, Lopes não acredita que a Prefeitura ou o Governo se interessem pelo problema. "O Lula pode fazer alguma coisa, a gente sabe", diz Lopes. Até as nove da noite cada vez que alguém da organização dizia que Luís Inácio iria atrasar um pouco, os joinvilenses cochichavam entre si, com medo de não conseguirem falar com ele. Quando souberam que o candidato iria do aeroporto e diretamente para o palanque, a decepção foi visível. "Mas tudo bem, um cara da organização garantiu que ia entregar a carta em mãos", disfarçou um deles.

Eles acreditam em Lula porque se identificam com ele. O ex-torneiro mecânico e líder sindical que lutou com os trabalhadores do ABC paulista parece ser o único dos candidatos que vai se importar em resolver os problemas cuja solução sempre foi adiada. E Lula procura se manter junto a esse povo para não perder de vista seus problemas. Para a crítica do adversário de ser despreparado, Lula enfatizou: "Me preparei conhecendo todo meu país, estado por estado e acho que temos muitos problemas porque nossos dirigentes preferem viajar pra Paris e Londres ao invés de ir para Xanxerê e Concórdia". Com esse perfil, o candidato enchia de entusiasmo todos que queriam a mudança do modo como o Brasil é governado. Nas palavras do apresentador, era "um mar de catarinenses com o coração cheio de esperança". Antes mesmo de subir no palanque, várias vezes os gritos de "Brasil decente, Lula Presidente" encobriam a voz do apresentador. "Nunca na história do Brasil um Presidente da República ficou mais de quatro horas no Pará. Os nossos governantes deviam olhar pra cara do nosso povo e entender como pensam essas pessoas", pregava Lula em um dos pontos mais emocionantes do comício.

"Lula presidente e Figueira campeão"?! - Desde as seis da tarde as camisas e bandeiras vermelhas de quem desembarcava no Terminal Urbano de Florianópolis se confundiam com as rubro-negras dos torcedores do Flamengo que iam ao estádio. Das 20h30min em diante, aqui e acolá, eleitores com radinhos preferiam ignorar o discurso de aliados menos representativos do PT e se concentrar no que acontecia no estádio Orlando Scarpelli. Mesmo na frente do palco era possível encontrar cidadãos como Ricardo Brasil, que saiu do trabalho com a camisa do Figueirense, mas resolveu parar no Largo da Alfândega para acompanhar a festa. "Eu sou sócio do Figueirense e torço pro Flamengo, mas é a última vez que o Lula vem pra cá. Depois

ele vai governar o país durante oito anos e vai ser difícil outra noite como essa. Futebol tem outra hora" conclui. Um outro torcedor aproveitava a oportunidade e pergunta como estava o placar do jogo. Naquele momento 1x0 para o Flamengo.

Para quem pensa que a consciência política de Ricardo Brasil era uma exceção, quando a senadora eleita Ideli Salvatti saudou os torcedores do Figueirense que estavam presentes, não foram poucas vozes que responderam - para manter a diplomacia foi necessário saudar também a torcida do Avaí. Dez e meia e o Figueirense faz 2x1 no Flamengo e, poucos minutos depois Lula, entra no palco acompanhado de José Fritsch (PT) e Luiz Henrique (PMDB), anunciando nos discursos que acabariam com uma das últimas oligarquias que governam.

Alguém joga para Lula uma camiseta do Flamengo que começa a exibí-la, até que José Fritsch alerta, constrangido, que o rubro-negro estava jogando contra um dos times da cidade. Lula disfarçou como pôde e, enquanto o ex-candidato do PT ao governo do estado discursava, choviam camisetas para que Lula autografasse, até o candidato desistir de assiná-las. Todos os que estavam espalhados pelo centro se concentraram no Largo da Alfândega. O jogo acabou quando Fritsch concluiu seu discurso, e aos poucos, muitos torcedores chegaram em tempo de ver Lula. O Largo da Alfândega chega ao ponto máximo de lotação, todos apenas esperando Fritsch e Luiz Henrique completarem seus discursos para ouvir o futuro presidente do Brasil.

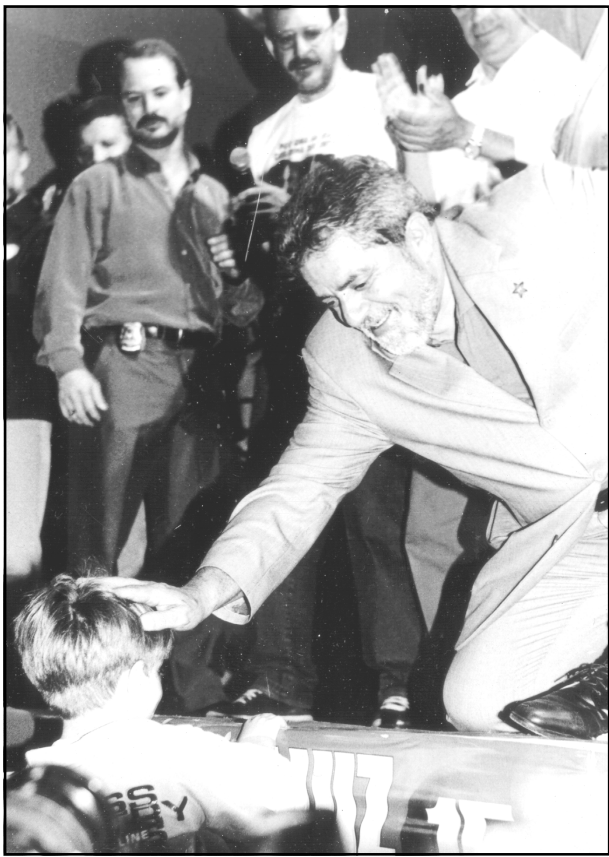
Por toda a mobilização que Lula conseguiu no Estado, não é de estranhar que além de se eleger, ele tenha levado junto Luís Henrique. A mobilização do governador Amin (PPB) foi discreta, se limitando a uns poucos cabos eleitorais visivelmente constrangidos, agitando bandeiras em frente a catedral. Uma única eleitora com um adesivo de Amin colado na camiseta foi ouvindo gozações e pedidos de voto até o terminal. "Tão bonita e tão burra" foram os comentários mais sinceros que se ouviu em frente ao famoso café. Durante o discurso de Luís Henrique, a notícia da vitória do Figueirense foi se espalhando de boca em boca. Enquanto ele e José Fritsch anunciavam a vitória sobre os tradicionais donos do país, dois ou três otimistas chegaram a ensaiar um coro de "Lula presidente e Figueira campeão", mas não foram longe. A segunda parte da frase era obviamente, um exagero.

"Esse caboclo deve ser meu cabo eleitoral" - Depois de agradecer aos catarinenses pela maior porcentagem de votos que teve em todo o país no primeiro turno, Lula afirmou estar satisfeito com o apoio das dez legendas que estavam representadas no comício. Também rebateu eventuais críticas de militantes petistas por ter se aliado a Luís Henrique, lembrando que Santa Catarina foi escolhido como local do comício de encerramento mesmo não tendo candidato do PT no segundo turno. Isso porque além da votação que o Partido dos Trabalhadores teve, o candidato do PMDB ao governo não era um estranho para Lula: "A primeira vez que vim para Santa Catarina, em 78, foi a convite do Luiz Henrique, para falar de direitos dos trabalhadores". Explicou também, que essas alianças não são eternas e podem acabar se descobrirem que os objetivos do PMDB são muito diferentes do PT. "Aliança política é como casamento, não dá certo, então separa" comparou Lula.

Em seguida foi o momento de bater nos adversários, começando por Amin, que chegou a imprimir panfletos e adesivos com seu nome junto ao de Lula. "Ao invés de ser chamado governador, ele devia ser chamado de imperador, de tanto tempo que ele governa esse estado, (...) espero que os catarinenses não se confundam. Meu candidato aqui é o Luiz Henrique. E o Amin que vá fazer cédula com o nome do Serra".

Quanto ao candidato do PSDB à presidência, Lula manteve um tom de ironia e deboche ao comentar as críticas raivosas que recebia: "no meu programa eleitoral, eu falo do meu projeto. No horário do PSDB eles falam mais de mim que do José Serra, tô desconfiado que esse caboclo deve ser meu cabo eleitoral. Se o Serra não parar de falar meu nome é capaz de ele votar em mim no dia 27". Rebateu as críticas por não comparecer a todos os debates televisivos mostrando que tem que apoiar candidatos em 14 dos 15 estados onde há segundo turno. "O Serra não tem pra onde ir, tem mais setores do PMDB comigo do que com ele. Até o Alckmin tem feito santinhos com o 'Lula lá e Alckmin aqui', se bobear, tem mais setores do PSDB comigo do que com o Serra", tripudiava. "Mas eu não troco o olhar de vocês por debates de televisão". No fim do comício, Lula afirma que vai provar que um torneiro mecânico é capaz de fazer política melhor do que a que vem sendo feita até agora. A multidão aplaudiu com entusiasmo e muita esperança.

Vitor de Brites



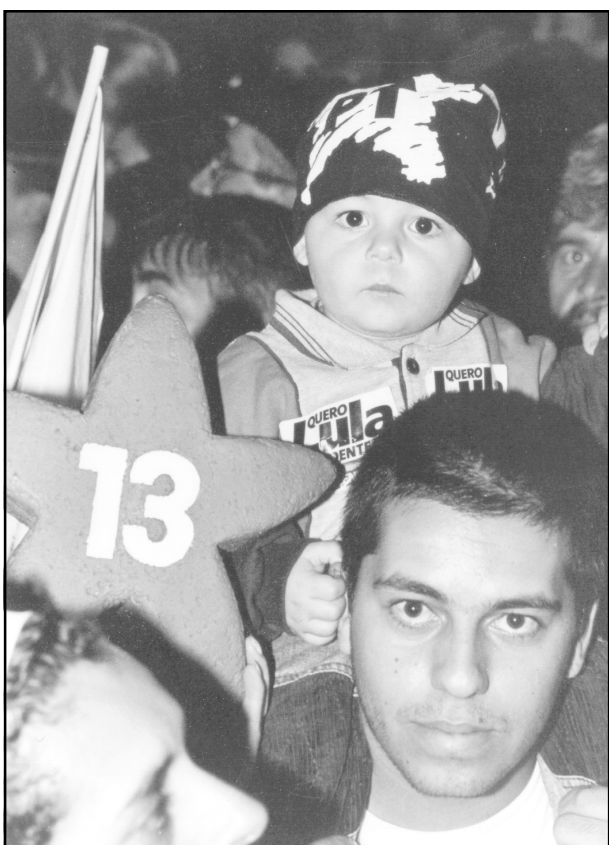
Wagner Maia-Zero



Wagner Maia-Zero



Márcio H. dos Santos



Márcio H. dos Santos



Márcio H. dos Santos



Wagner Maia-Zero



Fotos: Olívio Lamas/PT

Protagonista da política

Festa de casamento, abril ou maio de 1978. Muitos ali se diziam de esquerda, alguns eram. Houve quem se queixasse com a súbita notoriedade de um certo Lula, metalúrgico e presidente do sindicato de São Paulo e Diadema. Pouco antes Istoé, que então eu dirigia, havia enquadrado na capa o rosto redondo e perigosamente bigodudo de Lula. Um mês depois o Pasquim não deixara por menos. Será que o homem merecia tanto cartaz?

A capa de Istoé é de 1º de fevereiro daquele ano. Trazia o perfil da personagem e uma entrevista. Assinavam o texto Bernardo Lerer e este que escreve. Enxergávamos em Lula uma figura de grande porte, destinada a crescer. OI muito alto, vocação política pronunciadíssima, destino de líder, idéias simples e límpidas, sentimento ídem. Um protagonista. Para a ribalta.

Formou-se uma roda de convidados para discutir Lula, unidos, arrisco, por vago intuito de cobrança. De patrulhamento preventivo. Não citarei nomes, para não criar constrangimentos. Vários são graúdos e um punhado virou petista. Perguntavam se Istoé e Pasquim não estariam a apostar errado, se o operário seria confiável, se ideologicamente sabia das coisas. Alguém aventou a hipótese de que fosse agente da CIA e outros amuíram, com a gravidade devida.

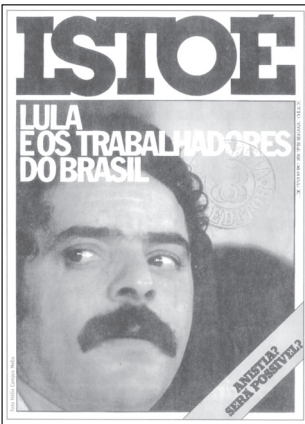
Na origem, o preconceito dos abastados. A festa acontecia em sítio senborial, arredores de São Paulo. Os ideais ali proclamados eram reformistas, quando não revolucionários. Os hábitos burgueses. Não consegui ser convincente na defesa de Lula e dos meus pontos de vista. Com o tempo, tempo escasso, felizmente, convincente foi o próprio Lula. Dois anos depois estaria à testa de um partido, o primeiro no País que faz jus ao nome. Os demais, não escondem o parentesco com clubes e associações recreativas.

Naquela época eu tinha enormes esperanças, embora padecêssemos a ditadura. Acreditava que ainda veria raiar o sol da liberdade. Quando os militares – ou gendarmes da elite? – saíram de cena, o que esperava não se deu. Alvorecer não bouve, quase dezoito anos a fio. Temi jamais chegar ao dia de boje. Temi mesmo que não fosse previsto pelo calendário.

E então, o horizonte se ilumina, o Brasil tem uma chance excepcional de sair da Idade Média, graças àquele Lula em quem a gente apostou há vinte e quatro anos e meio. Não ousava imaginar este momento mesmo dois meses atrás, quem sabe menos ainda. Agora, é bom vivê-lo, no reencontro com a esperança que parecia perdida. É ótimo, para o jornalista e para o cidadão.

Mino Carta

Jornalista e diretor de redação da revista CartaCapital



Fotos: Olívio Lamas/PT

Lula vai levar título de doutor para o Alvorada

Além de presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva será doutor. Num gesto que pode ser encarado como homenagem ao conhecimento não-acadêmico, ou ainda "puxa-saquismo", a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) decidiram conceder ao presidente eleito o título de "Doutor Honoris Causa". Há quem diga que a atitude reforça o preconceito do qual Lula foi vítima nas eleições, o da necessidade da formação superior. Entre os petistas, circulam mensagens eletrônicas exigindo que Lula rejeite a honraria, a mesma com a qual Fernando Henrique já foi agraciado em dez universidades. O presidente eleito, alheio às especulações, aceitou de bom grado o convite da UFBA, onde deve dar uma aula inaugural em maio.

O título de "Doutor Honoris Causa" é tradicionalmente concedido a professores que contribuíram para as ciências, as artes ou as letras, além de pessoas que deram uma grande contribuição para o desenvolvimento social. No caso de Lula, é um reconhecimento à "biografia política do maior líder social da América Latina", como enfatiza Mozart Ramos, reitor da UFPE. "A trajetória de Lula tem, no seu cerne, a busca da autonomia e valorização de outras experiências sociais que abrem espaço para se repensar tradições e se redefinir projetos políticos (...). A universidade não poderia ficar em silêncio diante dessa trajetória singular e deixar de enfatizar essa valiosa participação na democratização da nossa sociedade", diz o texto da justificativa apresentada ao Conselho Universitário da UFPE.

A UFBA foi a primeira a aprovar a concessão da homenagem a Lula, no dia 30 de setembro, em votação unânime. Nelson Preto, diretor da Faculdade de Educação e membro do Conselho Universitário, considerou o momento inadequado para a concessão do título, embora tivesse aprovado a posição majoritária dos colegas. Preto receia que a opinião pública possa acusar a UFBA de "oportunismo". Entre os homenageados com o título de "Doutor Honoris Causa" da UFBA, está o cantor e compositor Caetano Veloso. No carnaval de 1998, ele agradeceu a honraria de cima de um trio elétrico. "Agora, quando eu estiver rebolando, estará rebolando um doutor", lembrou Caetano na época.

Na universidade pernambucana, a intenção é homenagear o primeiro conterrâneo eleito para a presidência da República. Antes de Lula, foram agraciados pela universidade Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul (1998), Milton Santos, geógrafo da USP (1999), Claude Cohen-Tannoudji, prêmio Nobel de Física (1999) e Celso Furtado, economista e primeiro superintendente e idealizador da Sudene (2000).

Mariana Faraco

De Pernambuco para a sétima arte em 4 filmes

Três documentários e um longa-metragem ficcional sobre a trajetória do presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, estão em fase de produção. Lula será protagonista em *Diário de campanha*, de João Moreira Sales, que estreia em 2003, além de *Intervalo clandestino*, de Eryk Rocha, e *Lula, o metalúrgico*, nome provisório do filme de Eduardo Coutinho. O longa-metragem ficcional sobre a vida de Lula, ainda em fase de roteirização, será produzido em 2004.

Os filmes de João Moreira Sales e Eduardo Coutinho são o resultado de um projeto dos dois cineastas, desenvolvido para a produtora Videofilmes. A proposta inicial era realizar um único longa-metragem. Mas a decisão de produzirem dois filmes, segundo Coutinho, foi tomada depois da fase de pesquisa, quando os diretores se dividiram para levantar informações e personagens de diferentes fases da vida de Lula. Cada documentário terá uma média de 90 minutos de duração.

Em *Intervalo clandestino*, Eryk Rocha, filho de Glauber Rocha, vai explorar a trajetória de Lula desde o começo da campanha eleitoral de 2002 até sua posse como presidente da República. O cineasta, que já tem imagens captadas nos dois turnos das eleições, além de depoimentos de eleitores, está se preparando para gravar a posse de Lula. A previsão de Rocha é que o filme esteja pronto em quatro meses.

O roteiro do longa-metragem ficcional é produzido pela jornalista Denise Paraná, autora do livro que inspira o filme, *O filho do Brasil*. A biografia de Lula é a tese de doutorado defendida pela jornalista na Universidade de São Paulo, que foi transformada no livro editado pela Xamã em 1996. A equipe de filmagem ainda não está confirmada. O jornal *O Estado de São Paulo* informou que o principal nome envolvido no projeto está no exterior contactando possíveis parceiros para a co-produção do longa.

Denise Paraná formou-se em jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina em 1986. Depois da pós-graduação na USP, que rendeu o livro sobre a vida de Lula, estudou na Universidade de Cambridge, na Grã-Bretanha, onde fez seu pós-doutorado sobre a mentalidade operária no Brasil. A primeira edição de *O filho do Brasil* já vendeu dois mil exemplares. A Editora Xamã perdeu na justiça os direitos sobre o livro e a obra será reeditada pela Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. A segunda edição será lançada uma semana antes da posse de Lula e terá mais de 500 páginas. A edição feita pela Editora Xamã, que possui 476 páginas, ainda está no mercado e custa R\$ 36,00.

Karina Della Giustina

Flavia Lima

Finalmente o povo elege um trabalhador para presidente

Depois de 13 anos de espera e quatro eleições, Lula consegue chegar ao Planalto



Em 27 de outubro de 2002, dia em que Luiz Inácio Lula da Silva completou 57 anos de idade, os brasileiros foram às urnas e deram ao candidato o presente que ele mais esperava: o cargo de presidente do Brasil. Com esta vitória, Lula coroa uma trajetória política e pessoal única na história do país.

A biografia do novo presidente da República já é bem conhecida pelos brasileiros. Menino pobre, filho de lavradores, nascido em Caetés e criado em Garanhuns, interior de Pernambuco, fez de tudo para sobreviver. Mudou-se ainda criança para São Paulo, foi vendedor ambulante, engraxate, perdeu um dedo da mão esquerda trabalhando numa fábrica, andou pelas filas do desemprego na recessão de 1965 até entrar para as Indústrias Villares como torneiro mecânico - profissão que aprendeu como aluno do Senai. Até esta época, quando tinha 19 anos, o desinteresse de Lula pela política era evidente.

Seu primeiro contato com o movimento sindical foi em 1969, por intermédio do irmão, José Ferreira da Silva, que o indicou para uma das suplências da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Três anos depois, Lula chegou

à diretoria efetiva do sindicato, sempre presidido por Paulo Vidal, que se elegeu deputado pela Arena - partido que sustentava a ditadura. Em 1975, Vidal indicou Lula para a presidência da entidade, mas o fato de, neste mesmo ano, seu irmão José Ferreira da Silva ter sido preso e torturado lhe deu uma nova visão das lutas que precisava travar. Assim, Lula se aproximou dos sindicalistas que tentavam organizar movimentos reivindicatórios mais radicais.

Foi nesta época que Lula teve a idéia de criar um novo partido e, para tanto, abriu discussão com políticos do MDB, entre eles o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o deputado Ulysses Guimarães. Em 1980, a fundação do PT une trabalhadores, intelectuais e acadêmicos, num momento em que toda a sociedade brasileira vive seu renascimento para o debate político e discute as grandes questões nacionais, numa caminhada com destino à democracia. Todos se movimentam: a Igreja Católica com suas comunidades eclesiais de base, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa.

Em 1982, Lula cumpriu uma tarefa partidária. Candidatou-se ao governo de São Paulo com a finalidade de ampliar a votação do partido, ultrapassar a cláusula de barreira para o funcionamento partidário de 5% dos votos nacionais e viabilizar o registro do PT. Em 1984, por iniciativa do partido e

do PMDB de Ulysses Guimarães, engajou-se na campanha nacional por eleições presidenciais diretas mas, frustrado esse objetivo, fez com que o partido se recusasse a participar do colégio eleitoral para eleger Tancredo Neves, em 1985, contra o candidato oficial, Paulo Maluf. A mesma recusa aconteceu na Constituinte. Ainda que tenha participado dos trabalhos da Assembléia, a bancada do PT se recusou a assinar a nova carta, promulgada em outubro de 1988.

Na disputa pela presidência em 1989, Lula foi derrotado por Fernando Collor de Melo e nas eleições de 1994 e 1998, ele perdeu para Fernando Henrique Cardoso, posicionando-se contra o Plano Real por considerar que a estabilidade monetária era apenas eleitoral e provisória.

Neste ano, Luiz Inácio Lula da Silva candidatou-se pela quarta vez à presidência da República, agora com uma base parlamentar e administrativa maior e mais experiente. Esta campanha apresentou um Lula diferente: o discurso do candidato mudou e a idéia de um Brasil socialista foi abandonada como projeto imediato. A promessa agora é de um governo de esquerda para combater a fome, estimular o crescimento, manter a inflação sob controle e organizar um sistema educacional e produtivo que proporcione oportunidades a todos, de acordo com as capacidades e habilidades de cada um.



Manchete que brasileiros não deram

Mr. da Silva é destaque na mídia mundial

No dia seguinte à votação do segundo turno, a imprensa de todo o mundo destacou a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Com fotos estampadas na primeira página, ou apenas notas, os principais jornais do mundo deram diferentes enfoques à histórica eleição de Lula. Enquanto os tablóides americanos anunciaram o fato como pitoresco, destacando no primeiro parágrafo que Lula não tinha formação universitária, os principais diários europeus enfatizaram a festa dos brasileiros e a esmagadora votação do petista. Os jornais da América Latina fizeram coberturas emocionadas, festejando mais a vitória de Lula do que a própria imprensa brasileira.

O *New York Times* adjetivou a vitória de Lula como "esmagadora": "O Brasil fez uma curva decisiva à esquerda no domingo, elegendo como novo presidente Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, um ex-operário, líder sindical e prisioneiro político, que nunca atuou antes no Executivo. A margem de vitória do Sr. Silva foi a maior da história brasileira". O *Washington Post* publicou na primeira linha que Lula nunca frequentou faculdade, e que sua eleição reflete o desencantamento que varre a América Latina. O jornal adverte que a eleição do "socialista barbudo" pode atrasar a formação da ALC.

Na Venezuela, com cujo atual presidente Lula foi comparado, os jornais deram amplo destaque à vitória do petista: "Lula da Silva arrasó en Brasil", escancarou o *El nacional*. Na Argentina, o *Clarín* e o *La Nación* enfatizaram a origem pobre de Lula e sua trajetória até a presidência. No Uruguai, o jornal *El país* apontou que a transição para o governo de Lula será difícil, e destacou que os líderes das esquerdas latino-americanas receberam a notícia com euforia e prevêem mudanças políticas e econômicas para toda a região.

Na Europa, o italiano *La Repubblica* fez uma cobertura emocional: "Lula, o vermelho, vence. O líder socialista foi eleito presidente com 61,4% dos votos. E enquanto as festividades explodem em todo o país, adverte: 'Deve-se comer três vezes ao dia, e aqui há gente passando fome'".

O jornal francês *Le Monde* utilizou-se de um jogo de palavras para comparar o povo brasileiro aos pátios industriais onde o ideal de Lula se firmou. "Num país que, desde a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, sempre foi governado pelas elites, a chegada de um trabalhador ao Planalto em Brasília fez nascer uma imensa esperança de redução das desigualdades sociais, criação de emprego e uma melhoria rápida dos sistemas de educação e de saúde".

O inglês *The Guardian* citou a "gafe" que Tony Blair, o primeiro-ministro britânico, teria cometido, em visita ao Brasil no ano passado, ao se recusar a conhecer Lula, então líder da oposição. O jornal também especula que "os brasileiros impacientes por mudanças poderão se desapontar", e que "Lula provavelmente unirá forças com o partido do presidente Cardoso". A manchete do espanhol *El Mundo* anunciou que: "Lula é o início de uma nova era para o Brasil", ressaltando que o petista é o primeiro trabalhador a chegar ao poder na América Latina.

Mariana Faraco

Eleitores dão férias às oligarquias

Amin e Bornhausen perdem e assistem ao crescimento do PT

Os petistas, derrotados na disputa pelo governo estadual, puderam se consolar com outra surpresa da eleição: o aumento da participação do PT na Câmara federal. Em 1998, o partido tinha dois representantes, número que aumentou para cinco este ano, compoando a maior bancada de Santa Catarina. Na Assembléia Legislativa, os deputados estaduais do PT, que eram cinco, passaram a ser nove.

Partidos de grande força política no estado, como o PMDB e o PFL, tiveram menos sucesso nas urnas catarinenses que em 1998. O PMDB de Luiz Henrique teve 11 deputados eleitos (sete estaduais e quatro federais), ao invés dos 14 da última eleição, e o PFL, dois deputados a menos que há quatro anos — passando de 12 para dez (oito estaduais, dois federais).

Repetindo o resultado de 1998, o partido do governador Esperidião Amin manteve o mesmo número de representantes estaduais (dez) e federais (quatro), o mesmo ocorrendo com o PSDB em relação aos seus três deputados na Assembléia. Por fim, o PTB, com dois escolhidos, e o PL, com um, completam a lista dos quarenta representantes estaduais eleitos por SC. Para a Câmara, um deputado federal do PDT fecha os dezesseis nomes apontados pelos eleitores.

Na disputa pelo Senado, Ideli Salvatti (PT) foi eleita com votação recorde de 1.054.304 de votos — 31,93% do total, um recorde em Santa Catarina. A outra vaga para senador ficou com Leonel Pavan (PSDB), ex-prefeito de Balneário Camboriú, escolhido por 29,48% dos eleitores, derrotando favoritos como Hugo Biehl (29,04%), Milton Mendes (26,69%) e ele, Paulinho Bornhausen, líder absoluto das pesquisas, mas escolhido apenas por 27,03% do eleitorado.



Thiago Momm Povo catarinense rejeita Amin e frustra a maior aposta do PPB para eleger um governo estadual

Universitários sabotam "candidato do papai"

Paulinho briga com estudantes e vê ruir o sonho de ser senador

Um dia antes da votação do primeiro turno a pesquisa *Mapa/Diário* apontava Paulinho Bornhausen em primeiro lugar nas intenções de voto para senador em Santa Catarina. O candidato do PFL tinha 29%, contra 28% do segundo colocado, o tucano Leonel Pavan. No dia das eleições, o caçador dos "pardais" conseguiu 27%. Muita gente ficou feliz com esta marca. Só que, com certeza, não foi nenhum dos 892.480 eleitores que votaram no filho de Jorge Bornhausen, senador e presidente nacional do PFL.

Uma semana antes da apuração, a ordem no comitê "Santa Catarina Melhor" (o mais amplo e moderno de todos, com 60 funcionários e aluguel mensal de 3 mil reais) era se esforçar, ao máximo, para garantir a vitória dos três candidatos da coligação, já que todos lideravam as pesquisas. Ninguém se elegeu. Mas que eles se esforçaram, não há dúvida.

Depois que Paulinho viu um trecho da propaganda eleitoral da coligação "Por toda Santa Catarina", que criticava a criação de "painéis" hereditários no Senado, entrou com representação na Justiça Eleitoral pedindo que a vinheta parasse de ser exibida. O pedido foi negado, com o entendimento de que a propaganda não denunciava a candidatura de Paulinho, mas a concentração do poder em grupos familiares. Quando um comercial da petista Ideli Salvatti mostrou o relatório do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) que deu nota zero à sua atuação na câmara federal de 1995 a 1999, pediu direito de resposta. A Justiça negou, alegando falta de provas.

"Candidato do papai" - Este era o título do texto publicado no panfleto produzido pela União da Juventude Socialista (UJS), com tiragem de um milhão de exemplares. A organização estudantil bancou apenas 20 mil. O resto foi financiado pelos partidos de oposição a Bornhausen (PMDB, PT, PC do B). Sua foto tratada e modificada no software Pho-

toshop, um puxãozinho na boca e ele ficou com cara de mau, era pouca coisa se comparada com o texto, que o acusava de "representante da oligarquia" e mentiroso, além de defini-lo como "inimigo dos estudantes". Paulinho é o autor do projeto de Emenda Constitucional 370, que trata da autonomia universitária e propôs corte de verbas para a Universidade Estadual de Santa Catarina na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2000. Um informativo da União Catarinense dos Estudantes (UCE), com tiragem de 50

desta vez com um pedido de agravo à decisão dos juízes. Argumentou que não se tratava de censura ou veto à liberdade de expressão, mas apenas restrição, "a fim de coibir a violação às normas legais". O juiz Ronaldo Moritz da Silva acatou o pedido e, no dia 4 de outubro, emitiu a ordem judicial para apreensão dos panfletos.

Um oficial de justiça ficou encarregado de notificar o responsável pelos impressos, no caso, Vinícius Puhl, que foi localizado por telefone,

My name is Bornhausen, Paulo Bornhausen - O empresário e ex-locutor da Rádio Guarujá Paulo Roberto Bornhausen obteve seu primeiro cargo político em 1994, quando se elegeu deputado federal. Em 1998, tornou-se deputado estadual. Nas eleições deste ano, usou a proposta de Lei 12.142 de 5 de abril de 2002, que previa a desativação dos aparelhos de fiscalização eletrônica nas rodovias estaduais, sua principal realização em quatro anos de mandato, para lançar sua candidatura ao Senado. Tinha até um *jingle* do Paulinho que citava a retirada dos chamados "pardais".

Em janeiro Paulinho apresentava o projeto de lei 0338/01, que dispunha sobre a contratação de controladores de velocidade, para fins de fiscalização nas rodovias estaduais. O projeto, que serviu de plataforma eleitoral para o Senado veio três meses depois. Aprovado no plenário da Assembléia, foi vetado pelo governador Esperidião Amin. Depois que seu veto foi derrubado pelos parlamentares, Amin moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o projeto, exigindo que a Assembléia justificasse a aprovação do projeto num prazo de dez dias. A lei que desativava os radares nas rodovias estaduais só entrou em vigor no dia 1º de julho.

Um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano passado mostra que os "pardais" reduziram em pelo menos 1,5 mil o número de óbitos nas rodovias brasileiras. Estima-se, ainda, que este recurso diminui em 30% o índice de acidentes e em 60% o de vítimas fatais. A Via Oeste, concessionária que opera três rodovias em São Paulo, analisou um período de 40 dias antes e 40 dias após a implantação de radares. O resultado foi uma redução de 18% no número de acidentes e 31% no total de vítimas.

Rafael Bruno

O MELHOR PRA GENTE AMIN GOVERNADOR LULA PRESIDENTE



Panfletos que deram prisão e a mentira da campanha de Amin

mil exemplares, publicou o mesmo texto e a mesma foto.

Antes mesmo de serem distribuídos, Bornhausen reagiu. Uma semana antes da eleição, no dia 29 de setembro, encaminhou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) representação contra Vinícius Puhl, presidente estadual da UJS. Exigia o recolhimento dos impressos, porque eles não mencionaram a legenda partidária e com isso estariam violando o artigo 242 do Código Eleitoral. Além disso, os panfletos poderiam "causar dano irreversível à igualdade de oportunidade entre os candidatos". Um dos itens da representação diz que "os ataques constituem ilegalidade digna de censura".

Os juízes auxiliares do TRE consideraram incompleto o relatório de Paulo Teixeira da Rosa, advogado do PFL, e arquivaram o processo. Bornhausen voltou a acionar o tribunal,

mas tratou de se esconder na casa de um amigo. Se fosse encontrado e recebesse a notificação, não teria como cumprir a ordem judicial, pois os panfletos não estavam com a UJS, e sim espalhados em diversos comitês eleitorais pelo Estado. O amigo de Puhl era Jefferson Forest, presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), também estava sendo procurado por outro oficial de justiça.

No fim, tanto os panfletos da UJS quanto os da UCE foram espalhados por todo o Estado. Sete pessoas foram presas por distribuir os impressos no dia da votação, entre eles dois cabos eleitorais do peemedebista Casildo Maldaner e três do petista Milton Mendes. Um dia depois das eleições, Puhl foi ao TRE para receber o mandado de notificação, e moveu um recurso para anulá-lo. A decisão da justiça ainda não foi divulgada.

Pesquisas erram feio em SC e PT move ação

Grandes jornais indicavam Fritsch sem chance no 2º turno e Ideli fora do Senado

As pesquisas de intenção de voto para o governo e senado, em Santa Catarina, no primeiro turno, apresentaram equívocos que ultrapassaram as margens de erro divulgadas pelos institutos responsáveis. O candidato petista ao governo do estado, José Fritsch obteve 27,33% dos votos válidos, enquanto os índices das pesquisas divulgadas davam: (*Diário Catarinense/Mapa*) 17%; (*A Notícia/Brasmarket*) - 16%; (*Ibope*) - 13%. "Se não houvesse esses problemas das pesquisas, nós teríamos eleito o governador do estado", garante Fábio de Oliveira, um dos advogados do Partido dos Trabalhadores.

A assessoria jurídica do PT de Santa Catarina pretende ingressar com uma ação de investigação judicial no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) contra os institutos de pesquisa, contratados para informar as intenções de voto para o primeiro turno das eleições no estado. O partido se sente prejudicado pelas pesquisas que, por exemplo, mostraram o candidato José Fritsch, sem chances de disputar o segundo turno. Os advogados não concluíram a ação, já que ainda estão discutindo e aprimorando os termos, mas o pedido deve ser encaminhado antes do final do ano.

A questão levantada pelo PT é a influência que as pesquisas têm sobre os eleitores. Os petistas acreditam que, se os institutos tivessem detectado que ele estava apenas 3% atrás, o resultado seria diferente. É possível que parte do eleitorado tenha deixado de votar em Fritsch por achar que ele não tinha chances de alcançar o segundo turno e tenha optado pelo peemedebista, que acabou indo para a disputa final e sendo eleito.

Os últimos resultados das intenções de voto para governador apresentaram um erro superior a 10% em relação ao índice final das eleições, obtido pelo terceiro colocado, José Fritsch. O erro também foi grande nas pesquisas para o senado. A candidata Ideli Salvatti aparecia nas pesquisas com 21%, mas foi a primeira senadora eleita, com 31,93% dos votos. Apesar do resultado favorável, Ideli Salvatti diz que as pes-

quisas foram "um escândalo". Os institutos se defendem com a explicação de que as pesquisas medem somente o momento e são passíveis de erro.

Informado pela reportagem do *Zero* sobre a ação do PT, José Nazareno Vieira, presidente do Instituto Mapa - que realizou pesquisas para o jornal *Diário Catarinense* - caracterizou a atitude como típica do partido: "O discurso do PT é ser do contra" tenta justificar Vieira. Ele questiona ainda a popularidade do candidato José Fritsch, dizendo que ele era praticamente desconhecido em algumas regiões do estado. E fez uma acusação: "Alguns militantes petistas de Blumenau montavam esquemas para serem entrevistados. Tivemos 16 entrevistas anuladas, porque as pessoas se repetiam nos pontos em que estávamos fazendo a pesquisa".

O presidente do Instituto Mapa explicou que quase todas as pesquisas para o senado indicavam 14% de indecisos, e além deste índice, foram en-

CANDIDATOS	Total (%)	IDADE (%)			
		16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 ou +
Esperidião Amin (PPB)	38	32	37	38	43
Luiz H. da Silveira (PMDB)	21	19	20	24	21
José Fritsch (PT)	14	13	16	14	13
Outros	1	2	1	1	-
Branco/ Nulo	2	3	3	3	1
Não sabem/ Não respond.	24	31	23	21	22
Bases: (amostra)	1500	320	357	335	488

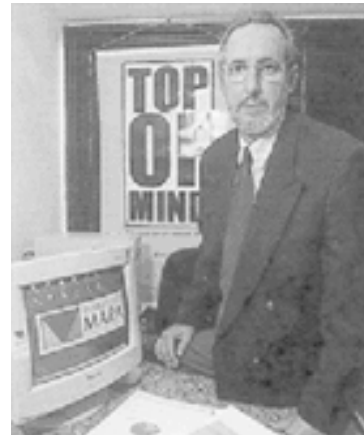
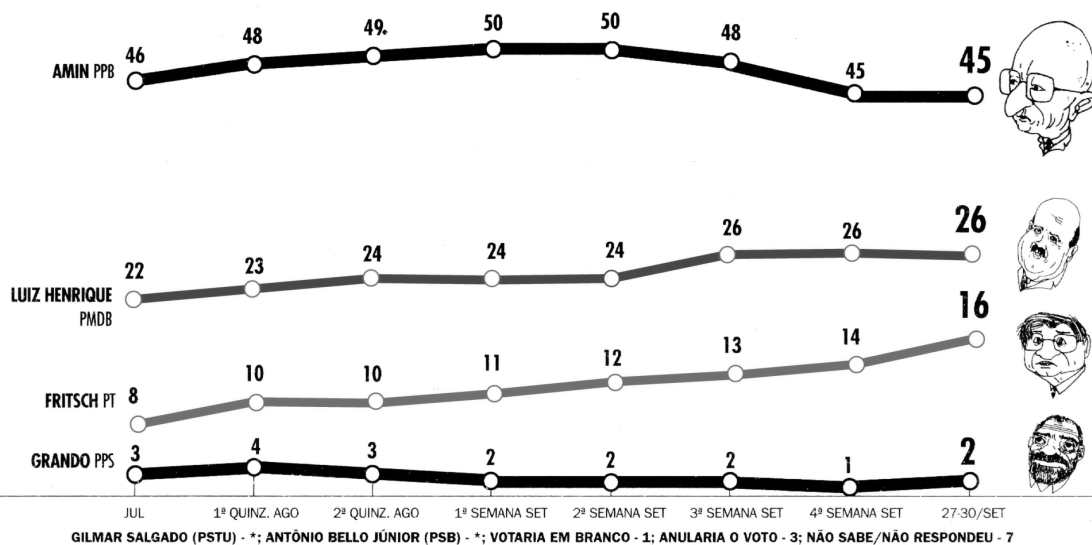
* Menos de 0,5%
Fonte: MAPA / Diário Catarinense

trevidados 1.800 eleitores, após o primeiro turno, o que demonstra que 13% mudaram o voto na urna ou às vésperas da eleição. Isto representa mais de 800 mil votos, número que derrubou as margens de erro estipuladas pelos institutos. "Não erramos muito, porque o gráfico evolutivo indicava o crescimento dos candidatos Hugo Bihel e Ideli Salvatti. E o resultado confirmou, Ideli foi eleita e Hugo Bihel perdeu por menos de 0,5% para o Pavan". A explicação do presidente do Mapa para o mesmo erro nas pesquisas para governador foi, novamente, o índice de eleitores indecisos. Como na pesquisa para o senado, o gráfico indicava a ascensão do candidato do PT.

PESQUISA

Os números do levantamento de *A Notícia/Brasmarket* ao governo do Estado

ESTIMULADA - Se as eleições fossem hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?



Para Vieira pesquisa não é previsão

"As pessoas relacionam a pesquisa política à previsão, quando são na verdade apenas o retrato de um momento. Os próprios meios de comunicação têm essa visão distorcida", diz Vieira. Ele admite que as margens de erro não são adequadas para o modo como são coletadas as entrevistas para intenção de voto. "As pesquisas políticas, de uma maneira geral, não são probabilísticas, porque não daria tempo para fazê-las."

A probabilística significa que deve-se sortear municípios e dentro deles, sortear bairros, depois quadras, residências e, por último, sortear quem será entrevistado, mediante a representatividade da população.

O argumento de que pesquisas mostram apenas uma tendência não serve para o PT. "Se o critério for esse, a Mãe Dinah também está certa. Tudo o que ela fala, ela diz que é previsão, perspectiva. Estamos falando de ciência, matemática, estatística, não é chute", diz Fábio de Oliveira, o advogado do partido que acredita que "os institutos foram tendenciosos na forma como planejaram e fizeram as pesquisas" diz. Mesmo com o teor das suspeitas, o advogado não acredita que a ação que o PT pretende mover possa levar a uma eventual anulação do pleito eleitoral: "Se gerar a polêmica já está positivo", conclui Oliveira. Esta é a primeira vez que o partido discute seriamente uma intervenção judicial, a despeito do PT achar ter sido prejudicado pelas pesquisas, também em outras ocasiões.

Vivian Awad
Mariana Faraco

Zero Hora dá vexame e Correio do Povo acerta resultado

Também no Rio Grande do Sul o PT culpa as pesquisas pela derrota nas urnas. As duas fontes utilizadas pelo jornal *Zero Hora*, do grupo RBS - o Ibope e o Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cepa-UFRGS), apresentaram números muito distantes da apuração oficial. Dois dias antes das eleições, a pesquisa Ibope previa uma diferença de 16 pontos percentuais a favor do candidato do Germano Rigotto (PMDB) contra Tarso Genro (PT). Na véspera do segundo turno foi publicado pelo *Zero Hora* a pesquisa do Cepa-UFRGS, que indicava 19 pontos de diferença a favor de Rigotto. O resultado oficial do TRE-RS indicou 52,67% para Germano Rigotto e 47,33% para Tarso Genro. Diferença de 5,34 pontos percentuais.

O candidato derrotado Tarso Genro acusou o Ibope e a RBS de errar

deliberadamente, para prejudicar sua candidatura. "A oito dias da eleição, uma pesquisa desestimulante para nossas bases deu 23 pontos de diferença. Mesmo a boca-de-urna, com 12 pontos, saiu muito da margem de erro, porque a diferença não vai chegar a seis pontos. Um grupo de comunicação publicou pesquisas manipuladas contra nós para desestimular a base militante", acusou o ex-prefeito de Porto Alegre. O petista disse ainda que a única pesquisa de intenção de voto que desde o começo das eleições se mostrou correta, adequada, imparcial e responsável foi a do Centro de Pesquisa do jornal *Correio do Povo*, principal concorrente da *Zero Hora*. Dois dias antes da eleição, o *CP* divulgou sua última pesquisa para o governo do estado do Rio Grande do Sul, com números semelhantes aos da apuração oficial: 52,6% para Germano Rigotto, 47,4% para Tarso Genro.

Carlos Augusto Montenegro, presidente do Ibope, rebateu as críticas dos petistas mas reconheceu que o instituto errou nas pesquisas de segundo turno para o governo gaúcho. Montenegro diz que as previsões do Ibope não são a verdade absoluta. "A pesquisa é feita com 3 mil eleitores. O eleitorado é de 6 milhões, então isso pode acontecer, porque você não pode, com 3 mil pessoas, acertar tudo. Admitimos que no Rio Grande do Sul a diferença fugiu da margem de erro. O Ibope lamenta e pede desculpas aos gaúchos por não ter precisado o número da forma que nós precisamos em Santa Catarina".

Como resultado de seus erros, os jornais da RBS têm perdido leitores e enfrentando uma campanha popular de boicote com adesivos, pichações e sites na internet. O principal site anti-RBS é o Zero Fora (www.zerofora.hpg.com.br) que prega boicote não só



www.zerofora.hpg.com.br

à RBS, como aos anunciantes que aparecerem em seus produtos. Até agora mais de 15 mil pessoas passaram pela página que contém artigos de diversos autores..

Como efeito da campanha, em 3 de novembro, a RBS publicou editorial na edição dominical de *Zero Hora*, assinado pelo presidente do grupo, Nelson Sirotsky, em que pedia desculpas aos leitores pelo erro da pesquisa Ibope. Eles também enviaram cartas pe-

dindo desculpa para todos que cancelaram a *Zero Hora*. O editorial lamentava os "comentários precipitados sobre outras pesquisas", realizados pelos comunicadores nos veículos do grupo e cumprimentava o centro de pesquisas do rival *Correio do Povo* pela precisão no levantamento de intenção de voto. Sirotsky reiterou que a RBS não possui estrutura própria para fazer levantamentos e que contrata institutos independentes que exercem a atividade com autonomia. Apesar de acreditar que os erros e acertos dos institutos são normais, ele diz que a RBS vai formar uma comissão para reavaliar a contratação e divulgação de pesquisas eleitorais. Vão participar Wra-na Panizzi, a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o presidente da Associação Riograndense de Imprensa Ercy Torma.

Upiara Boschi

Bancada feminina cresce 51% no Congresso

Partidos procuram mulheres sem representatividade para cumprir Lei de Cotas

A nova correlação de forças no Congresso e nas Assembléias legislativas estaduais indica que, se a política brasileira não mudou de cara, ao menos tornou-se mais feminina, após as eleições. Maioria do eleitorado, as mulheres conseguiram aumentar consideravelmente sua representatividade política: foram eleitas 42 deputadas federais, oito senadoras e 133 deputadas estaduais. Embora continuem sendo minoria nas plenárias abarrotadas de ternos e gravatas, as mulheres receberam nas urnas a confiança de que podem fazer muito mais pela política do país que simplesmente "dormir com o candidato" — expressão desestrada de Ciro Gomes sobre sua companheira.

Em números absolutos, o avanço das mulheres quase não é detectável. Elas ocuparão apenas 42 das 513 cadeiras na Câmara Federal e no Senado, representando menos de 15% do total de candidatos eleitos. Os dados só se tornam animadores quando comparados com a atual bancada. Na Câmara, o número de mulheres eleitas aumentou em 45%, - em 1998, foram eleitas 29 deputadas. Mas o número de senadoras vai dobrar: das atuais cinco representantes, passará a ter dez, oito eleitas este ano e duas cujos mandatos se estendem até 2006.

São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados que elegeram mais mulheres com seis deputadas federais cada. Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima obtiveram 20% de eleitas em relação à bancada masculina. Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe não terão representação feminina na Câmara. Este índice, contudo, é menor que em 1998, quando nove estados não elegeram nenhuma candidata.

Oito mulheres tiveram as maiores votações em seus estados: Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Janete Capiberibe (PSB-AP), Vanessa Graziottin (PCd B-AM), Maria Trindade (PT-PI), Denise Frossard (PSDB-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN), Maria Helena (PST-RR) e Kátia Abreu (PFL-TO). Em outros seis estados, as mulheres estiveram entre os candidatos mais votados: Maninha (PT-DF), Raquel Teixeira (PSDB-GO), Maria do Carmo Lara (PT-MG), Ieda Crusius (PSDB-RS), Maria do Rosário (PT-RS), Marinha Raupp (PMDB-RO) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Em relação aos partidos políticos, o PT terá a maior bancada feminina, tanto na Câmara como no Senado. Além das 14 deputadas federais petistas, foram eleitas cinco senadoras: Marina Silva (AC), Serys Marly (MT), Ana Júlia (PA), Fátima Cleide (RO) e Ideli Salvatti (SC). As outras senadoras eleitas são Patrícia Gomes (PPS - CE), Lúcia Vânia (PSDB - GO) e Roseana Sarney (PFL - MA).

Causas do fenômeno — Muitos fatores podem ter contribuído para que as mulheres avançassem nestas eleições. A consoli-



Farias: "corrupção é menor"



Ideli: recordista em SC



Carisma e popularidade do marido garantiram eleição de Rosinha no RJ

dação do PT e a "onda Lula", por exemplo, atrelados a um cenário eleitoral de valorização do voto feminino, constituem uma explicação mais plausível para a dobradinha "PT e mulher" que se viu nas eleições para o Congresso. O que parece não ter tido muita influência foi justamente a Lei de Cotas, que vigora no Brasil desde 1995. A lei é aplicável somente às eleições proporcionais e, determina, que os partidos políticos reservem um mínimo de 30% de suas candidaturas a determinado sexo — no caso, para as mulheres, que ainda são minoria. O partido que descumpra a regra não sofre punição, mas não pode ocupar com

personas do sexo oposto as vagas remanescentes dos 30%.

O resultado foi que nessas eleições nenhum dos grandes partidos preencheu a cota mínima para mulheres. A exceção foi o PCB que ocupou 37% das vagas. Embora o número absoluto de candidatas à Câmara tenha aumentado 60% em relação a 1998, o crescimento da participação de mulheres em relação ao total de inscritos é inexpressivo indo de 10% para 12%.

Para a deputada eleita Iara Bernardi (PT-SP), a Lei de Cotas é uma ação afirmativa, mas ainda não é suficiente para uma participação feminina equilibrada na política: "Não queremos que as mulheres entrem sem condições de ganhar uma eleição, apenas para cumprir a lei de cotas. Queremos uma participação efetiva, de igualdade", diz. Em linha oposta, o deputado Pedro Corrêa (PPB-PE) admitiu, em entrevista ao jornal o *Estado de São Paulo*, que certa prática é corriqueira: "Às vezes a gente procura mulheres que não têm vocação política ou representatividade apenas para preencher as vagas".

Já Ideli Salvatti (PT-SC), eleita senadora, acredita que a política de cotas vem surtindo efeito — na medida em que o tema vem

sendo debatido - mas que o resultado das mulheres nas urnas é a soma de vários fatores. "O que vimos nas eleições", diz "não deve ser uma surpresa, quando consideramos que as mulheres ocupam metade dos bancos escolares, das universidades, e têm se destacado em diversas esferas, inclusive em profissões que antes eram exclusivamente masculinas". Quanto ao fato de ter sido a primeira senadora eleita em Santa Catarina, com mais de 1 milhão de voto, acredita que é resultado da "onda de crescimento e mudança trazida pelo PT".

Mas o fenômeno feminino não se restringe apenas ao legislativo nem só no PT. Os demais partidos, se não haviam percebido a necessidade estratégica de se ter mulheres postulando cargos públicos, passaram a prestar mais atenção nelas a partir da pré-candidatura de Roseana Sarney. A ex-governadora do Maranhão, eleita senadora, chegou ao segundo lugar nas intenções de voto para a presidência no início do ano, ancorada em 60% da preferência feminina. A candidatura naufragou, mas permaneceu a idéia de que uma mulher na chapa poderia representar modernidade e arrojo. Foi nessa corrente que a improvável Rita Camata tornou-se vice do candidato do governo José Serra. Também o PSTU lançou uma candidata à vice-presidência, e nos estados, quatro mulheres disputaram o segundo turno. No Rio de Janeiro, a ex-primeira-dama Rosinha Garotinho (PSB-RJ) elegeu-se governadora com mais da metade dos votos válidos.

Nos partidos de oposição e situação, a participação e a representatividade feminina têm origens distintas. Na análise da professora Elisabeth Farias, do Curso de Ciências Sociais da UFSC, os partidos mais progressistas tendem a ter mulheres que se autoconstruíram politicamente, enquanto nos mais conservadores, as mulheres crescem, em geral, à sombra de homens: "Luci Choinacki e Ideli Salvatti se fizeram sozinhas, enquanto Rita Camata e Ângela Amin emergiram através de seus maridos". Entretanto, outros fatores também podem ter influência: "Roseana Sarney tinha um forte aparato publicitário, e foi uma jogada oportunista do partido", diz. A professora lembra também que a inserção feminina é um processo natural nos partidos modernos, que representam, de fato, o interesse das massas.

Independentemente da esfera partidária ou política, Farias acredita que o panorama feminino na vida pública é positivo. "As mulheres são batalhadoras e mais sensíveis a determinadas causas. E já foi provado por órgãos internacionais, que quanto maior o número de mulheres na administração, menores são os índices de corrupção", completa.

Mariana Faraco

PSDB perde presidência mas vence nos principais estados

O PSDB ainda vai estar comandando grande parte do Brasil quando os novos governadores tomarem posse em janeiro de 2003. Apesar de perder espaço na Câmara e no Senado, o partido elegeu seus candidatos nos estados mais populosos do país (São Paulo e Minas Gerais) e vai ter sob seu comando quase 79 milhões de brasileiros, pois também venceu em Rondônia, Goiás, Paraíba, Pará e Ceará. O PMDB manteve o número de governadores e, se perdeu Minas Gerais, vai governar todo o sul do Brasil, mais o Distrito Federal e Pernambuco (mais de 35 milhões de habitantes).

O resultado das eleições para governador foi desastroso para o PT: o partido esperava aproveitar a "onda Lula", mas disputou o segundo turno em oito estados e venceu somente no Mato Grosso do Sul. Seus principais candidatos José Genoíno e Tarso Genro foram derrotados. Mas se o PT perdeu o Rio Grande do Sul, estado mais importante que governou, para compensar vai governar pela primeira vez o Piauí e continuar com o poder no Acre. Para efeito de comparação, os governadores petistas controlam estados que somados têm menos de seis milhões de habitantes.

Até houve um aumento do número de estados governados pelos partidos de esquerda, mas isso se deve apenas ao crescimento do PPS e do PSB. O partido do candidato Ciro Gomes e Miguel Arraes vai governar o Mato Grosso e o Amazonas. Já o partido de Anthony Garotinho foi ainda melhor: conquistou quatro estados, incluindo o Rio de Janeiro. Para o crescimento desses partidos, foram solapados do poder todos os governos do PPB e dois do PFL. Completando o novo mapa da política estadual temos Flamarion Portela, governador eleito pelo nanico PSL para governar Roraima.

Veja o resultado dos votos válidos nos estados em que ocorreram eleições no segundo turno.

São Paulo — Geraldo Alckmin (PSDB) conseguiu a reeleição no estado mais populoso do país, após vencer José Genoíno obtendo 58,64% dos votos. Os temas de segurança, união das polícia civil e militar e desemprego foram os principais debatidos durante a campanha, mas o candi-



Zeca do PT e Geraldo Alckmin garantem reeleição no 2º turno

dato tucano não foi ameaçado em nenhum instante.

Rio Grande do Sul — Germano Rigotto (PMDB) começou a campanha em quarto lugar, com 4% das intenções de voto, e chegou na frente no primeiro turno. Disputou com Tarso Genro (PT) no segundo turno e, apesar das diferenças entre as pesquisas publicadas nos dois principais jornais do estado, esteve sempre à frente do petista, vencendo com 52,67% dos votos.

Paraná — Dois candidatos que já foram governadores do Paraná disputaram a eleição para substituir Jaime Lerner. Roberto Requião (PMDB) conseguiu a virada sobre Álvaro Dias (PDT), confirmando a supremacia peemedebista na Região Sul do Brasil.

Distrito Federal — Após escândalos de superfaturamento de obras envolvendo o candidato a reeleição Joaquim Roriz (PMDB), que concorria com o petista Geraldo Magela, o peemedebista conseguiu a virada no segundo turno e se elegeu com 50,62% dos votos.

Ceará — O candidato Lúcio Alcântara (PSDB) aparecia oito pontos a frente de José Airtton Cirilo (PT). Os candidatos trocaram acusações entre si sobre a aproximação com os candidatos à presidência, mas no final a vitória foi de Lúcio Alcântara., com 50,04% dos votos, a disputa mais apertada deste segundo turno.

Sergipe — Confirmaram-se as pesquisas e o candidato João Alves (PFL)

retornou ao governo cearense com 55% dos votos válidos. Seu rival no segundo turno foi José Eduardo Dutra (PT), que deve retornar a Brasília para cumprir o mandato de senador até o final do ano.

Mato Grosso do Sul — Zeca do PT foi reeleito com 53,74% dos votos, vencendo Marisa Serraro (PSDB) numa disputa cheia de trocas de acusações.

Pará — Maria do Carmo (PT) e Simão Jatene (PSDB), duas caras novas na política paraense, disputaram o segundo turno numa campanha marcada pelas intensas críticas às administrações de Edmilson Rodrigues (PT), na prefeitura de Belém, e de Almir Gabriel (PSDB), no governo do Estado. No final a vitória ficou com Simão Jatene, que prometeu acabar com a oligarquia do estado, liderada por Jader Barbalho (PMDB).

Amapá — A candidata a reeleição, Dalva Figueiredo (PT), estava sendo acusada pelo Ministério Público do estado de transferências indevidas de R\$ 61,5 milhões nos três meses anteriores do pleito. Quem venceu foi Antonio Waldez Góes (PDT), obtendo 54,57% dos votos.

Paraíba — O governador eleito da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB) atribuiu a vitória à expressiva votação que obteve em sua terra natal, Campina Grande. Roberto Paulino (PMDB), desejou boa sorte para o tucano e disse que dará apoio ao governo paraibano.

Roraima — Francisco Flamarion (PSL) conseguiu a virada no segundo turno sobre Ottomar Pinto (PTB), e se reelegeu com 53,49% dos votos. Ele não anunciou seu plano de governo durante a campanha.

Rio Grande do Norte — A professora Wilma Faria (PSB) tentava a eleição frente ao candidato do PPB, Fernando Freire. Venceu o primeiro turno e se tornou a primeira mulher eleita para governar o estado potiguar. Ela já foi prefeita de Natal por três mandatos e conseguiu a eleição com 61% dos votos válidos.

Rondônia — O candidato Ivo Cassol (PSDB) venceu José Bianco (PFL) com 59,1% dos votos, após um primeiro turno bastante disputado.

Bruno Duarte



Carreirão prevê dificuldades para aprovação de reformas constitucionais e sugere que petistas tentem atrair setores do PSDB

PT não faz maioria e vai ter que negociar apoios

PMDB é alvo preferencial do novo governo petista

Recolhidos os panfletos, bandeiras e cartuchos de fogos de artifício deixados pelas ruas do país após a festa da eleição de Lula, é hora de olhar novamente para os resultados do primeiro turno, que definiu as bancadas no Congresso Nacional. Afinal, o governo é muito mais que o presidente, e sem uma ampla base parlamentar, será difícil Lula cumprir as promessas de reformas que convenceram tantos brasileiros a elegê-lo chefe da nação. A oposição aumentou bastante sua representação no Congresso (só o PT cresceu 56% na Câmara e 75% no Senado), mas apesar das baixas que sofreram, PSDB, PFL, PMDB e PPB ainda detêm largas fatias no Congresso. É hora de negociar.

Os partidos da coligação que elegeu Lula, somados às legendas que apoiaram Ciro Gomes e Anthony Garotinho no primeiro turno - e o PT no segundo -, somam 212 cadeiras na Câmara. É pouco em comparação com a maioria simples (50% da casa), que corresponde a 257 parlamentares, e menos ainda em relação à maioria qualificada (60%), que é composta por 308 deputados, quantidade de votos necessários para se aprovar uma emenda constitucional. No Senado, onde a maioria simples é 41 e a qualificada, 49, a situação é semelhante. A coligação de Lula (PT, PL, PC do B e PMN), o PSB de Garotinho e a coligação de Ciro (PPS, PDT e PTB) somam 30 senadores.

Yan Carreirão, professor do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC, avalia que alianças devem ser feitas para que o governo eleito consiga formar um bloco de maioria no Congresso. Ele acredita que o PV - partido que não apoiou nenhum candidato à presidência, mas que está incluído entre os partidos de esquerda e centro-esquerda - deve somar seus cinco deputados ao bloco governista. O professor também aposta na agregação dos pequenos partidos de centro e centro-direita (PSD, PST, PSC, PSDC, PSL e Prona), o que permitiria ao governo contar com mais 16 deputados e 1 senador. Mesmo assim, o bloco não atingiria sequer a maioria simples em nenhuma das casas.

“O PMDB é a chave”, diz o professor. Ele acredita que o partido, embora tenha sofrido uma racha ao dividir no apoio a Lula e Serra, é fundamental para a composição do bloco do governo. Se Lula puder contar com os 19 senadores e 74 deputados do PMDB, terá exatamente um parlamentar a mais que a maioria qualificada em ambas as casas, ou seja, 50 no Senado e 309 na Câmara. Os números, assim, seriam ainda desconfortáveis para o governo.

“A reforma constitucional vai ser difícil de aprovar”, diz o professor Carreirão. E acrescenta, com ceticismo que “seria bom para o governo e para o país que o PT atraísse o PSDB”. A aliança, pouco provável, criaria um bloco governista confortavelmente composto por 61 senadores e 380 deputados.

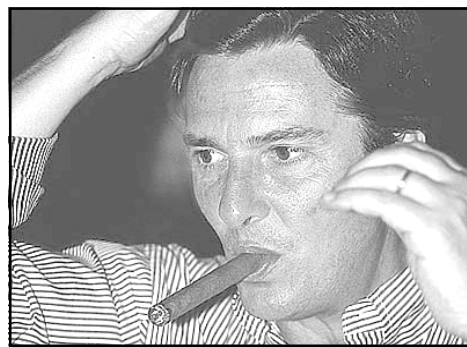
“Se o Lula está se propondo a criar um pacto social, unindo empresários, sindicatos e toda a sociedade, poderia tentar fazer o mesmo no Congresso”, avalia. A possibilidade foi considerada pelo PT logo após a divulgação dos resultados do primeiro turno. Aloizio Mercadante, o senador eleito por São Paulo, disse haver espaço para o PSDB no pacto partidário, “do qual ninguém seria excluído”.

Mas a formação de um bloco governista forte também pode ser auxiliada por um fenômeno comum na política nacional: as migrações interpartidárias. Os votos para cargos no Legislativo não contam somente para o candidato, mas também para o partido - fato que muitos eleitores só descobriram depois que o deputado federal eleito por São Paulo, Enéas Carneiro, carregou consigo mais cinco candidatos do Prona à Câmara, isto não impede que, eleito, o parlamentar se filie a outro partido. Segundo o professor Carreirão, não é tradição do eleitorado brasileiro “penalizar nas urnas” os parlamentares que trocam de partido durante o mandato.

Ele acredita que as migrações mais prováveis devem acontecer do PFL e do PPB para o PL, e do PSDB para o PPS. E atesta que, os parlamentares tentam manter um mínimo de coerência na escolha do novo partido, buscando legendas que tenham uma certa identificação com seu partido de origem. Como exemplo, cita os pefelistas que ao se filiarem ao PL não estarão abandonando a orientação liberal.

Para explicar o crescimento da oposição no Congresso, aponta uma causa básica: o descontentamento do eleitorado com o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. A votação para a presidência no primeiro turno foi um bom indicador dessa insatisfação: os votos dos candidatos de oposição representaram 76% do total. E essa vontade de mudar se refletiu na votação para o Congresso. Os partidos que fazem oposição a FHC ampliaram em média, 40%.

Apesar do crescimento notável da oposição, menos da metade do novo Congresso será de novos parlamentares. A taxa de renovação na Câmara foi de 47%. No Senado, correspondeu a 75% das 54 vagas disputadas, o que significa menos de 50% do total de 81 cadeiras. A maior renovação das últimas eleições aconteceu em 1990, quando apenas 37% dos parlamentares se reelegeram.



Alagoas não deixa Collor voltar à cena política

Povo rejeita Collor, Maluf e Quércia. ACM e Barbalho ganham mais uma chance

O título de ex-governador de estado não impressionou os eleitores nesta última eleição. Dos 38 que tentaram voltar à vida pública, 25 foram derrotados pelas urnas. Entre eles políticos tradicionais e ex-campões de votos, como Paulo Maluf (PPB-SP), Leonel Brizola (PDT-RJ), Orestes Quércia (PMDB-SP), Newton Cardoso (PMDB-MG) e Fernando Collor de Mello (PRTB-AL). Nestes números estão excluídos os governadores que tentaram reeleição e os que se descompatibilizaram para concorrer a outros cargos. Para cada caso, há explicações diferentes.

Paulo Maluf disputou o governo de São Paulo e teve mais de 4 milhões de votos, cerca de 21% do eleitorado. Resultado insuficiente para levá-lo ao segundo turno da eleição, disputado por Geraldo Alckmin (PSDB) e pelo petista José Genoíno. Apesar de ter o voto de boa parte do eleitorado paulista, chama atenção a seqüência de derrotas de Maluf nas últimas eleições. Em 1998 perdeu para Mário Covas (PSDB), no segundo turno, graças ao apoio do PT ao tucano. Dois anos depois, Maluf disputou a Prefeitura de São Paulo e perdeu novamente no segundo turno, desta vez para a petista Marta Suplicy. Além dos 73 inquéritos e processos em curso contra Paulo Maluf, pesa contra ele o apoio dado a eleição de Celso Pitta para a Prefeitura de São Paulo em 1996. Naquela campanha, Maluf dizia: “se o Pitta não for um bom prefeito, nunca mais votem em mim”. Celso Pitta deixou a prefeitura com alto índice de reprovação junto aos paulistas, e Maluf não foi mais eleito.

Ainda em São Paulo, outro ex-governador tentou em vão voltar à vida pública: Orestes Quércia disputou uma vaga ao Senado. Ocupou quase todo o espaço destinado ao PMDB no horário eleitoral gratuito, tentou pegar carona na “onda Lula” e teve cerca de cinco milhões de votos. Ficou em terceiro lugar, longe dos eleitos Romeu Tuma (PFL) e Aloísio Mercadante (PT) - primeiro colocado com mais de 10 milhões de votos. Quércia foi governador de São Paulo entre 1986 e 1990, sucedendo Paulo Maluf. Conseguiu eleger o sucessor, Luis Antônio Fleury Filho. Mas quando disputou a Presidência da República em 1994, ficou em quarto lugar, atrás de Enéas Carneiro (PRONA).

No Rio de Janeiro, Leonel Brizola ficou em sexto lugar na disputa para o Senado. O pedetista, que foi eleito governador do Rio de Janeiro por duas vezes (1982 e 1990), ficou dois milhões de votos atrás de Marcelo Crivella (PL), o segundo colocado na eleição. Crivella, além de bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, é sobrinho de Edir Macedo, fundador da seita. Aos 80 anos de idade, Brizola deve deixar de disputar cargos eletivos. Além de comandar o Rio de Janeiro, o líder trabalhista foi governador do Rio Grande do Sul no início da década de 60, lutou contra a ditadura militar, foi exilado, anistiado e disputou a Presidência da República duas vezes. Perguntado sobre o futuro, Brizola, irônico, disse que talvez crie uma igreja. Seu partido, o PDT, deve integrar a base de sustentação do governo do presidente Lula.

Em Alagoas, os eleitores adiaram a volta de Fernando Collor de Mello ao cenário político nacional. O ex-presidente, afastado por um processo de *impeachment*, concorreu ao governo do estado e perdeu ainda no primeiro turno para o atual governador Ronaldo Lessa (PSB). A campanha de Collor teve o auxílio das Organizações Arnon de Mello, grupo de mídia de sua família, que conta com o jornal *Gazeta de Alagoas* e a rádio *Gazeta FM*. Teve 40,2% dos votos e culpou o uso da máquina administrativa a favor da reeleição de Lessa. O filho do ex-presidente, Arnon de Mello, foi candidato a deputado federal. Não se elegeu.

Entre os ex-governadores que tiveram sucesso nas urnas estão Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jádler Barbalho (PMDB-PA), que renunciaram ao cargo de senador no ano passado para evitar processos de cassação. Os dois voltam ao Congresso com recordes de votação em seus estados. ACM foi o candidato ao senado mais votado da Bahia, com quase 3 milhões de votos cerca de 30% do total. Barbalho desistiu de tentar voltar ao Senado e concorreu a uma vaga na Câmara de Deputados. Resultado: foi o candidato mais votado, com 344 mil votos, cerca de 13% dos votos do Pará.

Dilson Branco

Upiara Boschi

As críticas feitas à chamada distorção no caso do candidato eleito Enéas Carneiro foram exageradas. Para Yan de Souza Carreirão, cientista político da UFSC e autor do livro *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*, o sistema proporcional – aplicado nas Câmaras e Assembleias – é o que permite uma maior representatividade democrática da sociedade, apesar de ser mais difícil para o eleitor entender como funciona. Carreirão lembra que a finalidade do sistema proporcional é garantir a representação de diversas correntes ideológicas, organizadas em partidos, e não a de indivíduos. “Há muitas críticas sobre o fato de que cinco deputados foram eleitos pelos votos de Enéas, mas todos sistemas proporcionais do mundo (exceto o de lista fechada) permitem isto”, diz. Para ele, a distorção maior ocorre em sistemas distritais puros, com eleições majoritárias, onde a maioria dos eleitores não é representada.

Em todas eleições proporcionais, são vários os exemplos que demonstram que a votação nominal não determina a eleição. Este ano não foi diferente, e o Caso do Enéas foi mais um deles. Enéas Ferreira Carneiro não apenas foi o deputado federal mais votado do país, como também garantiu a eleição de mais cinco integrantes do Partido de Reedificação da Ordem Nacional- Prona.

Vanderlei Assis é um dos cinco desconhecidos candidatos arrastado para a Câmara Federal pela histórica votação de Enéas. Foi eleito com menos de 1% dos votos de São Paulo, representando 275 eleitores. Já o candidato paulista a deputado federal, Jorge Tadeu (PMDB), recebeu 127.938 votos, e não teve direito a uma vaga ao lado de Vanderlei Assis.

Em Santa Catarina, o candidato a deputado estadual mais votado, Ismael (PSB), com 59.566 votos, não foi eleito, ao contrário de Sérgio Godinho (PTB), que com 19.175 votos, conseguiu eleger-se para a Assembleia.

O que ocorre é que no sistema proporcional, a votação nominal não é decisiva. Por isso, a conquista de uma vaga por um candidato depende da votação obtida por todo o partido.

Cálculos - As contas matemáticas que explicam a aparente contradição em Santa Catarina e em São Paulo fazem parte do sistema de votação proporcional, aplicado para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores. O restante dos cargos – presidente, senador, governador e prefeito – possuem votação majoritária, onde são eleitos os mais votados.

Para se definir quem é eleito pelo sistema proporcional, é preciso realizar uma seqüência de três cálculos separadamente para cada cargo: o quociente eleitoral, quociente partidário e a média. As vagas são distribuídas entre os partidos, e não entre os candidatos.

O quociente eleitoral é simples, define quantos votos são representados por uma vaga em cada eleição. Para isso, divide-se o número total de votos válidos para certo cargo, pelo número de vagas. Santa Catarina teve 3.101.844 votos válidos para deputado estadual, e a Assembleia legislativa dispõe de 40 vagas. Dividindo-se os dois, chega-se ao resultado de 77.546 (não se consideram os números não-inteiros). Isso quer dizer que um deputado estadual catarinense representa 77.546 votos. As legendas - partidos ou coligações - que não alcançaram este quociente, não concorrem a nenhuma vaga. Este foi o caso do candidato Ismael dos Santos. Apesar de ser o mais votado com 59.566 votos, sua coligação, “Fé no Brasil” (PSB, PSD), teve no total 61.068 votos, e não alcançou o quociente eleitoral.

O segundo cálculo define quantas vagas cada legenda tem direito: o quociente partidário. Divide-se o número total de votos válidos da legenda (votos na legenda mais os votos nominais), pelo quociente eleitoral. O Prona, por exemplo, teve 1.634.848 votos válidos (1.573.112 apenas de Enéas), e o quociente eleitoral para deputado federal de São Paulo foi 280.165. O resultado da divisão entre os dois é 5,83. Por isso se afirma que Enéas arrastou os outros candidatos. Foi por causa da sua estrondosa votação nominal, que o quociente partidário do Prona garantiu pelo menos 05 vagas ao partido.

Como o resultado do quociente partidário geralmente não é exato e não se consideram as frações em nenhum dos cálculos anteriores, os votos que sobraram são distribuídos entre as legendas que alcançaram o quociente eleitoral. Chamado de média, a fórmula deste cálculo é o número de votos válidos da legenda, dividido pela soma: quociente partidário mais um e mais as vagas pela média. Realiza-se a conta para todas as legendas. A que obtiver o maior resultado, recebe a primeira vaga “restante”. Repete-se a operação até todas as vagas restantes serem preenchidas. Em Santa Catarina, cinco candidatos a deputado estadual foram eleitos por este cálculo – dois do PPB, um do PT, PFL e PSDB.

Depois de definidas quantas vagas a legenda tem direito, são eleitos os candidatos mais votados nominalmente. A ordem que define quem assume as vagas dentro do partido, é chamada de lista. O sistema proporcional dispõe basicamente de três tipos: aberta, fechada e flexível.

Assim como o Peru, Chile, Polônia e Finlândia, o Brasil adota a lista aberta, onde a ordem dos candidatos eleitos se define pelos mais votados do partido ou coligação. Esta lista, associada à possibilidade de coligação, permite a migração de votos dentro da legenda. “Nestas eleições, o eleitor poderia votar em um candidato trotskista do PT e acabar ajudando a eleger um pastor do PL”, exemplifica o professor Yan Carreirão. É que os votos de todos os candidatos contam para as vagas da coligação, mas elas serão ocupadas pelos mais votados. Outra crítica refere-se à individualização do cargo pelo voto nominal. “Ela acirra a disputa entre os candidatos de um mesmo partido, reforça o personalismo e enfraquece a estrutura do partido, já que alguns candidatos entendem que o cargo é seu”, explica o professor.

Treze países, entre eles a Argentina, Portugal e África do Sul, adotam a lista fechada. A ordem de distribuição das vagas é definida pelo partido antes mesmo das eleições. O eleitor não dispõe de voto nominal, escolhe apenas uma das listas.

Defensor do sistema proporcional, Carreirão, aponta a lista flexível, adotada na Bélgica, como a ideal. Neste tipo de lista o partido define a ordem, mas se um candidato tiver votação maior que o quociente partidário, passa a ser o primeiro da lista. O cientista político entende que o eleitor tem um certo poder sobre a escolha do candidato, e o partido é

Eleição dos partidários de Enéas não chega a ser absurda

Sistema proporcional gera menor distorção que outras alternativas

fortalecido da mesma forma. “No sistema de lista fechada, o poder do eleitor é muito restrito, com pouca margem de escolha. Ele não interfere na escolha do candidato, apenas no número de vagas da legenda”.

Vagas para cada estado- Antes de calcular a distribuição das cadeiras da Câmara entre os partidos nos estados, através dos cálculos proporcionais, o TSE define quantas vagas cada estado tem direito na Câmara Federal. Santa Catarina possui 16 vagas, Rio Grande do Sul, 31; São Paulo 70 e Roraima oito.

Considerando estes números, parece claro que as 513 cadeiras da Câmara Federal estão distribuídas de acordo com a população de cada estado. No entanto, é este ponto que apresenta a maior distorção do sistema proporcional no Brasil. Por esta distribuição, um voto para deputado de um eleitor de Roraima tem o mesmo valor de 14 votos dos eleitores de São Paulo. Um deputado federal eleito por São Paulo representa 366.507 eleitores, enquanto um deputado federal eleito por Roraima corresponde 26.065 eleitores.

Os deputados federais, de acordo com a Constituição, representam a população do país, enquanto os senadores representam os estados. A igualdade de poder entre os estados está assegurada no Congresso pelos Senadores, mas a igualdade de poder entre os votos dos eleitores do país não está assegurada pelos deputados. Considerando que os deputados representam a popula-

24 (resultado de 8 x 3) deputados estaduais. Já os estados que possuem mais que 12 representantes na Câmara terão direito ao triplo de 12 (36), mais a diferença entre 12 e o número de deputados federais. Santa Catarina, que possui mais de 12 deputados, encaixa-se no segundo caso. A conta foi feita somando o triplo de 12 (36) mais quatro, que é diferença entre 12 e 16 (número de deputados federais). Como 36 mais quatro é 40, este é o número de deputados estaduais no estado.

Reforma - A reforma eleitoral no Brasil é vista por muitos cientistas políticos como necessária para a consolidação da democracia no país, essencial para garantir uma maior governabilidade e agilidade no governo. No entanto, está parada no Congresso. Na primeira sessão plenária depois do primeiro turno eleitoral, o presidente do senado, Raul Tebet (PMDB-MS), criticou as eleições proporcionais. Tebet definiu a proporcionalidade existente como “aberração” e manifestou-se favorável ao sistema distrital misto. Tebet chegou a defender a discussão da reforma política como prioridade, ao lado da votação do projeto do Orçamento Geral da União. Carreirão afirma que o importante é fazer uma discussão mais séria acerca dos atuais problemas e possíveis soluções, ao invés de crucificar precipitadamente o sistema proporcional.

A representação desigual dos eleitores de cada estado, a inexistência de grandes partidos, a compreensão do sistema para o eleitor, o voto obrigatório e a mudança de partido por parte do candidato eleito, se incluem entre os pontos mais polêmicos da discussão sobre o atual sistema político e partidário.

Carreirão aponta duas medidas principais para serem implantadas logo que a reforma política seja iniciada. A primeira seria a redistribuição de vagas para a Câmara entre os estados. Esta distribuição não faz parte do sistema proporcional. Foi implantada no governo de Ernesto Geisel, e, segundo Yan Carreirão, é a causa da maior distorção sobre o valor do voto de cada eleitor no Brasil. A segunda medida urgente seria a restrição de mudança interpartidária depois que o candidato seja eleito. A vaga deveria ser prioritariamente do partido e não do indivíduo, que foi eleito com os votos totais do partido.

Sistema distrital misto - Citado logo após as eleições deste ano por vários cientistas políticos e defendido pelo presidente do senado Raúl Tebet, este sistema está servindo de modelo para a maioria das propostas de reformas eleitorais no Brasil. Implantado na Alemanha, é chamado de misto porque combina o sistema majoritário com o proporcional, onde metade dos deputados é eleita pela primeira forma e metade pela segunda.

O eleitor alemão dispõe de dois votos: um para definir o candidato de seu distrito, pela forma majoritária simples (é eleito o mais votado), e outro que é destinado a uma das listas de cada partido, de âmbito estadual. A lista é uma relação dos candidatos na ordem em que devem assumir as vagas conquistadas pela legenda. Esta última é a forma proporcional com lista fechada.

Depois das eleições, são os votos das listas que definem o número de vagas da legenda, mas as primeiras vagas a serem preenchidas são as dos eleitos nos distritos de forma majoritária simples. Se sobra vagas, entram os primeiros candidatos da lista, que foi definida antes das eleições. Se um partido tiver elegido mais candidatos nos distritos do que as vagas de sua legenda, receberá mandatos excedentes.

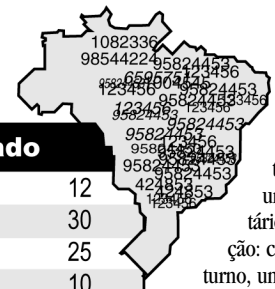
Cada distrito tem um número médio de eleitores, e o número de habitantes não deve variar mais que 25%. Quando isto acontece, a Comissão Permanente de Distritos Eleitorais redefinirá os limites de cada um.

As principais críticas a este sistema referem-se à eleição majoritária nos distritos. Yan Carreirão, cientista político da UFSC, cita basicamente dois problemas, no caso de um sistema “distrital puro”, que utiliza apenas o voto majoritário. O primeiro é a possibilidade de distorção na representação: como é eleito o mais votado, sem possibilidade de segundo turno, um candidato que recebeu 20% dos votos pode ser eleito, e os outros 80% dos votos que foram distribuídos entre outros candidatos com menor votação não serão representados.

O segundo problema é que a Câmara poderia se ater a discussões acerca de regionalismos. Como o deputado foi eleito por uma região, e não através de um partido com ideais e prioridades definidas, a preocupação em trazer recursos para cada região se sobrepõe às questões nacionais. Além disso, os representantes de categorias como as dos empresários, professores, negros, bancários e sindicalistas teriam muita dificuldade de se eleger, e passaria a existir um representante de determinada região. As discussões ideológicas seriam enfraquecidas. “No voto proporcional, as minorias têm representação; além de se abrir mais possibilidade a uma representação ideológica através dos partidos, com estatutos nacionais, e não apenas uma representação de base geográfica”, explica o professor, acrescentando: “Embora estes problemas refiram-se a um sistema distrital puro, eles persistem parcialmente no sistema distrital misto”.

Eleições brasileiras - O sistema eleitoral do Brasil é considerado único, comparado apenas ao da Finlândia, Peru, Polônia e Chile, por usar a lista aberta nas eleições proporcionais. É formado pelo sistema majoritário simples, sistema majoritário em dois turnos e sistema proporcional, dependendo do cargo. Em um mesmo poder coexistem mais de um sistema para a eleição dos cargos: O Legislativo possui o sistema proporcional (para escolha dos deputados) e o majoritário simples (para a escolha dos Senadores); no Executivo, adota-se o sistema majoritário em dois turnos (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) e o majoritário simples (para prefeitos de municípios com menos de duzentos mil eleitores).

As eleições majoritárias em dois turnos ocorrem caso nenhum dos candidatos alcancem maioria absoluta no primeiro. Já as eleições majoritárias simples não exigem a maioria absoluta dos votos, são eleitos os mais votados, por isso, não pressupõem segundo turno.



Acre	8	Paraíba	12
Alagoas	9	Paraná	30
Amapá	8	Pernambuco	25
Amazonas	8	Piauí	10
Bahia	39	Rio de Janeiro	46
Ceará	22	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	31
Espírito Santo	10	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	16
Mato Grosso	8	São Paulo	70
Mato Grosso do Sul	8	Sergipe	8
Minas Gerais	53	Tocantins	8
Pará	17	Total	513

Fonte: TSE

Arte: Gisele Pungan-Zero

ção, a distribuição de vagas na Câmara entre os estados deveria ser feita de acordo com a população de cada um. Mas não é o que acontece.

A principal causa desta distorção está no limite imposto pela própria Constituição, que define o mínimo de oito e o máximo de 70 deputados federais para cada estado. Se São Paulo tem 22,2% do eleitorado do país, teria direito, proporcionalmente, à mesma porcentagem de vagas na Câmara. Ocorre que 22,2% de 513 (total de vagas na Câmara) é 116. No entanto, São Paulo possui apenas 70 representantes, por causa do limite máximo imposto pela Constituição. Além disso, uma lei complementar de 1994 garante irredutibilidade de vagas entre os estados.

A diferença do valor do voto entre os eleitores de cada estado se estende para as Assembleias Legislativas. O número de vagas para deputado estadual depende do número de deputados que o estado possui na Câmara Federal.

Cálculos - A conta que define estas vagas está na Constituição de 1988. Os estados que possuem entre oito e 12 representantes na Câmara de deputados, terão um número de deputados estaduais que corresponde ao triplo dos deputados federais. Roraima tem oito deputados federais e



ROBUSTO

Robusto fez um grande trabalho de clípgem e dá em segunda mão as principais manchetes, notícias e frases relacionadas à segunda-feira após a eleição:

Veja:
PERDEMOS

Gazeta Mercantil:
Bolsa reage bem depois da vitória de Lula

Valor:
Bolsa reage bem após vitória de Lula

Folha:
BC terá novo presidente em 2003

Jornal Nacional:
Após o debate da Rede Globo na sexta-feira, o povo brasileiro decide colocar um ex-torneiro mecânico no Palácio do Planalto.

Notícias Populares (in memoriam):
Dona de casa é esmagada por carreta de Lula

O Dia:
Fernandinho Beiramar telefona para Lula e cumprimenta o novo presidente

Jornal da Manhã (Jovem Pan):
Lula é o novo presidente do Brasil. Vinte e um graus em São Paulo. **Repita...** Vinte e um graus em São Paulo.

Zero Hora:
Grêmio mantém tabu contra Colorado

Diário Catarinense:
Fim de semana sem mortes na BR-101

A Notícia:
Conseguimos

AN Capital:
Agora atura esses caras...

O Estado:
Serra é o novo presidente

Jornal do Almoço:
Lula presidente e Luiz Henrique governador. Não é isso Paulo Alceu?

Cacau Menezes:
Praia Mole bombou no domingo de eleição.



Robusto é um fanzine interno, satírico e com Síndrome de Peter Pan do Curso de Jornalismo





Festa na Ilha



ZERO

Os bodes do presidente

Domingo à noite eu estava sentado numa fileira de cadeiras dispostas em um dos auditórios do hotel Intercontinental, no centro financeiro de São Paulo. Umás 200 pessoas esperavam o presidente eleito, a maioria formada por representantes de governos estrangeiros. À direita eu tinha um gringo que não conseguia ficar sentado. Nervoso, olhava o relógio e perguntava o tempo todo: viene el presidente?

Si, si, viene el presidente, eu respondia.

Meu pensamento estava longe. Pensava: Ele vai levar os bodes? Será que vai mesmo levar os bodes?

Lá na frente tinha um telão retransmitindo a Globo: comentaristas informavam sobre a apuração.

Na minha esquerda estava minha mulher, enrolada numa bandeira vermelha e branca. Ao lado dela, uma senhora chorava com abundância. Uns 60 anos de idade, bem vestida, advogada. Repetiu dezenas de vezes a seguinte frase: "fomos muito discriminados, fomos muito discriminados". Depois contou que é uma pessoa rica e que há 15 anos ficou amiga de Marisa da Silva. Tudo mudou a partir de então. Decidiu abraçar a causa operária. Virou motivo de chacota e preconceito no bairro de elite onde vive.

Todas as minhas amigas me abandonaram, mas agora nós vencemos. E chorava lágrimas que contivera durante décadas.

Duas fileiras adiante estava a mulher da América Central, corpo todo marcado pelos combates na selva. Guerra química aplicada pelos americanos, segundo disse, e que deixou sua pele como a de um crocodilo.

Ao lado dela tinha um homem muito velho com um desenho estranho no braço.

O que é esse desenho? Não é desenho, filho. É um número. Um dia fui um número no campo de concentração...

Pensei: tem aqui uma turminha bem heterogênea.

Mais a frente tava o Zé Dirceu, o Mercadante, a Marta.

Quando a Benedita entrou o auditório quase veio abaixo. Poucos minutos antes, na TV, Lula havia dito que Benedita era a primeira negra a assumir um cargo de governadora, e que isso era tão importante quanto a abolição da escravidão. Disse com as palavras dele, carregadas de emoção e que não consigo reproduzir.

Viene el presidente? Si, viene!!

E eu com a idéia fixa: será que vai levar os bodes?

Os pasteizinhos haviam terminado e só restavam farelos nas bandejas quando o Lula entrou no auditório. Seus olhos brilhavam de um jeito que nunca

vou esquecer. Todos levantaram, bateram palmas, cantaram, gritaram e deram graças.

Falou 15 minutos. Não consegui prestar atenção. Pensava nos bodes. Passei o segundo turno inteiro pensando nos bodes do Lula.

Faltava um mês para a eleição quando ele tocou no tema. Estava na chácara que tem São Bernardo, sentado numa grande mesa de madeira ao ar livre, a espera do almoço dominical.

Fazia um sol de rachar e era um dos poucos dias de folga do candidato. As 10 da manhã Marisa havia decretado: é proibido falar de trabalho.

E aí, é claro, todos ficaram sem assunto.

As crianças jogavam bola no quintal, as mulheres preparavam a salada, os homens ajudavam no fogão. Música caipira no 3 em 1. Fiquei pensando se era o mesmo 3 em 1 que o Collor havia dito que era melhor que o dele. Deveria ser, pois a sonoridade era péssima.

O Lula tava sentado na grande mesa. Dia de folga, nem pra cozinha foi.

Sabe, tem uma coisa que às vezes eu fico imaginando - disse ele.

São esses meus bodes que eu tenho aqui na chácara, essa meia dúzia de bodes que tão ali naquele cercadinho.

Abriu os braços e fez um movimento amplo, como a libertar os bodes do pequeno curral.

Eu fico pensando nesses bodes todos pastando naquele gramado que tem em volta do Palácio do Planalto, aquela graminha verde e tenra que tem em volta da casa do presidente.

E ri da própria piada. Pegou um violão que tinha em cima da mesa e caminhou até a rede. Pediu para o filho trazer o outro violão e ficaram lá, ensaiando uma moda.

Segunda-feira passada falou na televisão ao meio dia, na condição de presidente eleito. São Paulo parou. As pessoas que caminhavam no centro se amontoaram em frente aos bares para assistir o pronunciamento. Os funcionários deixaram de lado o que faziam e ligaram a televisão, o rádio de pilhas. Os taxistas do ponto deixaram a conversa de lado e aumentaram o volume do rádio.

O que está acontecendo?

É o Lula, o presidente. Está fazendo o pronunciamento.

Não era a final da copa do mundo. Era o presidente agradecendo ao povo.

Não falou dos bodes. Mas falou de união, de respeito, de dignidade. Falou de esperança.

Sinto-me um bode libertado

Marques Cassara

Jornalista, ex-aluno do Curso de Jornalismo da UFSC



Fotos: Leonardo Miranda - Zero

